



PAULA BERNARDES MACHADO

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DA JUVENTUDE
RURAL SOBRE ALIMENTAÇÃO NA ÓTICA DA
SUSTENTABILIDADE**

**LAVRAS – MG
2022**

PAULA BERNARDES MACHADO

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DA JUVENTUDE RURAL SOBRE ALIMENTAÇÃO
NA ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde, área de concentração Nutrição e Saúde, para obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas

Orientadora

Profa. Dra. Maysa Helena de Aguiar Toloni

Coorientadora

LAVRAS – MG

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Machado, Paula Bernardes.

Percepções e práticas da juventuderural sobre alimentação na
ótica da sustentabilidade / Paula Bernardes Machado. - 2022.

82 p.

Orientador(a): Carolina Martins dos Santos Chagas.

Coorientador(a): Maysa de Aguiar Toloni.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. População Rural. 2. Adulto Jovem. 3. Sistema Alimentar
Sustentável. I. Chagas, Carolina Martins dos Santos. II. Toloni,
Maysa de Aguiar. III. Título.

PAULA BERNARDES MACHADO

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DA JUVENTUDE RURAL SOBRE ALIMENTAÇÃO
NA ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE**

**PERCEPTIONS AND PRACTICES OF RURAL YOUTH ABOUT FOOD FROM THE
PERSPECTIVE OF SUSTAINABILITY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde, área de concentração Nutrição e Saúde, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 02 de setembro de 2022

Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas UFLA

Dra. Elisa Guaraná de Castro UFRJ

Dra. Juliana Pereira Casemiro UERJ

Profa. Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas

Orientadora

Profa. Dra. Maysa Helena de Aguiar Toloni

Coorientadora

LAVRAS – MG

2022

À minha mãe Juliana Bernardes Machado e ao meu pai Ailton Oliveira Machado, pelo incentivo desde sempre e pelo apoio incondicional.
Dedico

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus e aos amigos iluminados, pelo sustento, pelos caminhos abertos e pela providência no tempo certo. Com fé a caminhada faz mais sentido.

Ocupar o espaço da universidade, por vezes não é fácil, diante das outras necessidades da vida muito me questionei se realmente esse lugar poderia ser meu. E se estou aqui hoje foi porque não caminhei só!

Deixo então um enorme agradecimento a minha família, em especial minha mãe Juliana, meu pai Ailton e meus irmãos Natália, Otávio, Antônio e João Pedro. Sabemos das nossas lutas, e comemoramos com muito orgulho as nossas vitórias. Obrigada por tudo! Amo muito vocês.

Agradeço às minhas queridas orientadoras, Carol e Maysa, pelo caminhar nesses anos, pelos aprendizados, pela empatia, pelas oportunidades e pela confiança em meu trabalho. Vocês são grandes mestres pra mim!

A cada membro da Equipe do Movimento Comer Pra Quê? pelo acolhimento e pela construção coletiva nesses anos, é uma experiência incrível poder participar dessa equipe e compartilhar dos mesmos ideais. Com certeza esse espaço dá força pra nossa caminhada, no sentido de dialogar e construir caminhos para a promoção da Alimentação Adequada com sustentabilidade.

A cada jovem que se propôs a participar dessa pesquisa e compartilhar suas perspectivas, desafios, potencialidades e criatividade nessa jornada do produzir alimentos. Isso é muito grande!

Ao programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde.
Ao Ministério da Cidadania.

Muito obrigada!

RESUMO

A reconfiguração de sistemas alimentares é apontada como elementar no caminho para superação dos maiores desafios da humanidade. Essas mudanças devem ter enfoque na sustentabilidade multidimensional para garantir a alimentação adequada para as populações, ao passo que promove a saúde do planeta. As juventudes rurais figuram como importante ator nos sistemas alimentares no âmbito das conquistas de políticas públicas para o meio rural no sentido da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), podendo ser considerados estratégicos para as mudanças necessárias. Esses jovens compreendem parcela significativa da população brasileira, no entanto encontram-se negligenciados em pesquisas acadêmico-científicas e ações governamentais, demonstrando a necessidade de valorização da voz desses sujeitos. O desenvolvimento da pesquisa se deu com o objetivo de compreender as percepções, as práticas e os elementos de engajamento de jovens rurais em relação à alimentação e a sustentabilidade. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas individuais, as quais foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo. No período de 29 de novembro a 13 de dezembro de 2021 foram realizadas entrevistas em ambiente *online* com dez jovens que vivem no meio rural e faixa etária de 18 a 29 anos, de diferentes regiões do país. Emergiram quatro categorias de análise do material, a saber: I - Produção e comercialização de alimentos: entre necessidade e amor; II - Relação saudável com a terra e todas as formas de vida; III - Coletividade, justiça e solidariedade; e IV - Alimentação e sustentabilidade: propostas de engajamento. Os jovens entrevistados demonstraram preocupação com todas as etapas do sistema alimentar e suas percepções, bem como suas práticas, foram pautadas pela sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, quais sejam: ambiental, econômico, social e cultural. As propostas de engajamento estão em consonância com princípios da Educação Alimentar e Nutricional e da Educação Popular, de forma que poderão contribuir para a autonomia de outros jovens rurais no campo temático proposto. Do ponto de vista conceitual, foram identificados pontos em comum com as diferentes propostas de *dietas sustentáveis* e elementos que as extrapolam, resultando em um ensaio para um novo conceito: a *alimentação sustentável*. As percepções e práticas dos jovens rurais com relação à alimentação podem contribuir para o engajamento e aprofundamento em discussões sobre o tema. Nesse sentido esses jovens podem propor e atuar na reconfiguração de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Palavras-chave: População Rural. Adulto Jovem. Sistema Alimentar Sustentável.

ABSTRACT

The reconfiguration of food systems is seen as essential on the way to overcome humanity's greatest challenges. These changes must focus on multidimensional sustainability to ensure adequate food for populations, while promoting the health of the planet. Rural youth are an important actor in food systems within the scope of the achievements of public policies for the rural environment in the sense of Food and Nutrition Sovereignty and Security, and can be considered strategic for the necessary changes. These young people comprise a significant portion of the Brazilian population, however they are neglected in academic-scientific research and government actions, demonstrating the need to value the voice of these subjects. The research was developed with the objective of understanding the perceptions, practices and elements of engagement of rural young people in relation to food and sustainability. This is a study with a qualitative approach with individual semi-structured interviews, which were analyzed using Content Analysis. From November 29 to December 13, 2021, interviews were carried out in an online environment with ten young people living in rural areas and aged between 18 to 29 years, from different regions of the country. Four categories of analysis of the material emerged, namely: I - Production and commercialization of food: between need and love; II - Healthy relationship with the land and all forms of life; III - Collectivity, justice and solidarity; and IV - Food and sustainability: engagement proposals. The young people interviewed showed concern with all stages of the food system and their perceptions, as well as their practices, were guided by sustainability in its multiple dimensions, namely: environmental, economic, social and cultural. The engagement proposals are in line with the principles of Food and Nutrition Education and Popular Education, so that they can contribute to the autonomy of other rural young people in the proposed thematic field. From a conceptual point of view, common points were identified with the different proposals for sustainable diets and elements that extrapolate them, resulting in an essay for a new concept: sustainable food. The perceptions and practices of rural youth in relation to food can contribute to the engagement and deepening of discussions on the subject. In this sense, these young people can propose and act in the reconfiguration of more sustainable food systems.

Key words: Rural Population. Young Adult. Sustainable Food System.

APRESENTAÇÃO

“O que é que eu posso fazer com a minha juventude, quando a máxima saúde hoje é pretender usar a voz?”

Com as palavras de Belchior na canção “Conheço meu lugar” inicio a apresentação deste trabalho, localizando o leitor em um cenário nacional de desmonte de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Saúde Pública, e ainda, de um governo federal hostil à participação social. E é nesse cenário que, juntamente à equipe do Movimento Comer Pra Quê, me propus a OUVIR A VOZ e CONHECER O LUGAR de jovens que vivem no meio rural do Brasil e podem ser o futuro da alimentação adequada, saudável e sustentável.

No debruçar dos estudos sobre o universo plural das juventudes, e ainda, na condição de jovem, pude compreender um pouco do ser jovem no Brasil hoje, perpassando pelas angústias, lutas, e esperanças.

Quando em 2013, ingressei no curso de graduação em Nutrição não imaginava sua vastidão, que até então, me tinha sido apresentada pela figura de um profissional com jaleco branco dentro de um consultório, com o objetivo de emagrecer pessoas. Claro, a nutrição pode sim ser essa, mas não só. Foi a partir do primeiro contato com o conceito da SAN que meu coração bateu mais forte por essa ciência e me deparei com uma urgência enquanto futura nutricionista: a de me aproximar dos sujeitos que produzem nossa comida.

Compreender a alimentação, biologicamente inerente a todos os seres humanos, e - importante lembrar- um direito constitucional, o qual perpassa também por dimensões históricas, políticas, sociais, culturais e afetivas, é um universo plural e complexo pelo qual me encanto cada dia mais. E para falar de alimentação precisamos, em primeiro lugar, falar da terra e das relações que estabelecemos com ela. Nada mais justo que semear esse diálogo com os jovens que estão no campo, resistindo para produzir a comida que colocamos no nosso prato.

Esse trabalho traz, por meio das reflexões dos jovens rurais, caminhos para discussões conceituais e políticas, e ações de educação que poderão contribuir para o futuro da alimentação adequada, saudável e sustentável. E como é próprio da juventude, o MOVIMENTO, é que vivifica as mudanças que queremos trilhar rumo a esse caminho. Nesse contexto, me aventuro aqui a parafrasear Paulo Freire: ‘Conhecer e manifestar é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer e fazer sua voz ser ouvida.’

Deixo aqui uma manifestação dessa voz e sigo no desejo e no proceder, que os jovens do campo possam ser efetivamente reconhecidos como SUJEITOS de direitos e protagonizem cada dia mais as discussões sobre o universo da alimentação.

*“[...] Jovens com a alma cheia de garra
A gente não quer qualquer comida
No meu prato, vindo do campo ou da cidade
Só se for sem pesticida*

*Ampliar o repertório de conhecimento
Seguindo nesse movimento
Rumo à sustentabilidade
Vivendo os processos em sua integralidade*

*Reconhecer-se como parte do todo
Não aceitar o pouco que nos é dado
- Ainda mais de mau grado!*

*Celebrar a abundância do mundo
Não há nada mais profundo
Que ver-se no outro e
Perceber o que ele tem de você [...]”*

(Poema “PlantAção”; Construção coletiva em oficina do “Movimento Comer Pra Quê”, 2022)

Paula Bernardes Machado, mulher, latino americana, brasileira, jovem e nutricionista.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Sindemia Global, Sistemas Alimentares e o futuro	13
2.2 Alimentação, sustentabilidade e conceitos relacionados.....	15
2.3 Juventudes e juventude rural.....	18
2.3.1 Políticas públicas para juventude rural	23
2.3.2 Juventude rural: um ator político na alimentação e sustentabilidade	25
2.3.3 Protagonismo dos jovens rurais na construção de ações de EAN.....	29
3 OBJETIVOS	30
3.1 Objetivo geral	30
3.2 Objetivos Específicos	30
4 METODOLOGIA.....	30
4.1 Aspectos metodológicos e etapas de pesquisa	30
4.1.1 Detalhamento das etapas de pesquisa.....	32
4.2 Análise de dados	33
5 RESULTADOS	34
5.1 Manuscrito.....	35
6 CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	68
APÊNDICE B – Formulário online de pré cadastro para pesquisa	71
APÊNDICE C – Formulário <i>online</i> para coleta de dados socioeconômicos e informações sobre disponibilidade e interesse de participação na pesquisa.....	73
APÊNDICE D – Roteiro para entrevista semiestruturada individual	77
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	78

1 INTRODUÇÃO

As gerações atuais precisam reunir esforços para que a humanidade possa se alimentar e desfrutar de um planeta saudável no futuro, sendo as juventudes, a alimentação e a sustentabilidade elementos indispensáveis para essas mudanças.

O sistema alimentar hegemônico é apontado entre os determinantes da Sindemia Global, que compreende a coexistência e interação entre as pandemias de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (SWINBURN *et al.*, 2019). Esses desafios atuais da humanidade apresentam causas comuns sistêmicas, exigindo estratégias de enfrentamento e mudanças estruturais, que perpassam pela reformulação dos sistemas alimentares, a fim de garantir alimentação adequada para as populações e saúde do meio ambiente (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019). Essa reconfiguração deve ter enfoque na sustentabilidade, que é crucial na superação dos problemas sociais e ambientais (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011).

Os debates acerca da sustentabilidade contam com contribuições das juventudes, que têm se inserido em espaços políticos relacionados a essa pauta (FERNANDEZ *et al.*, 2014). Os jovens que vivem no meio rural, vocalizam e valorizam as lutas pelo direito à terra, à água, à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), e são parte determinante na transição agroecológica e no fortalecimento da agricultura familiar (CASTRO, 2017). A alimentação e a sustentabilidade são temas presentes nos diálogos entre os jovens rurais em espaços políticos (BRASIL, 2008; 2011; 2012a; 2016; 2018).

No campo da Alimentação e Nutrição a sustentabilidade também é considerada fundamental em diferentes conceitos, contemplando suas dimensões ambiental, social, cultural e econômica (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006b; CUBA, 2001).

A atual difusão de diferentes recomendações de *dietas sustentáveis* (ALSAFFAR, 2015; CARVALHO; VILLAR, 2021; FAO, 2012; HIRVONEN *et al.*, 2020; KNUPPEL *et al.*, 2019; LAWRENCE *et al.*, 2015; MARCHIONI; MEYBECK; GITZ, 2017; WILLETT *et al.*, 2019) chama a atenção para um plano de disputa tanto no campo político como no acadêmico, revelando a ausência de consolidação.

Todos esses fatores justificam o desenvolvimento de atividades com jovens do campo na temática da alimentação e da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. A pesquisa em questão compreende a necessidade de aprofundamento das discussões e acredita que as juventudes do campo, que produzem e comercializam alimentos, pautam suas percepções e

práticas na sustentabilidade, podendo trazer propostas de engajamento de outros jovens do meio rural na temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sindemia Global, Sistemas Alimentares e o futuro

O contexto global de coexistência das pandemias de obesidade, desnutrição, mudanças climáticas, e as interações entre elas, caracteriza o fenômeno da Sindemia Global. Um complexo paradigma determinado por elementos dos sistemas agroalimentares, uso do solo, transporte e desenho urbano (SWINBURN *et al.*, 2019).

Essa conjuntura apresenta causas sistêmicas em comum, assim, impõe estratégias de enfrentamento na lógica de mudanças estruturais, que perpassa pela reformulação dos sistemas alimentares e exige ações articuladas entre comunidade científica, governo e sociedade civil, em nível local, nacional e global (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019).

O sistema agroalimentar hegemônico, no qual existe uma dominância global do agronegócio, tem foco na produção em larga escala visando à exportação, e se mantém dependente do uso de agrotóxicos, insumos químicos e transgênicos, da mecanização intensa e do transporte entre longas distâncias (CARNEIRO *et al.*, 2015; FIOCRUZ, 2018; MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

O avanço do agronegócio e do discurso da necessidade inerente da industrialização na produção de alimentos para atender às demandas globais, instalaram-se também no âmbito do processamento de alimentos, culminando em mais um elemento característico do sistema alimentar atual: o ultraprocesso dos alimentos, e a consequente transição para uma dieta global cada vez mais processada (BAKER, 2020).

Os modelos de intensa produção do agronegócio explicitam as lacunas em relação à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das nações e, ainda, revelam a cada dia seus impactos negativos. Adotados ao longo do tempo, os modelos agroalimentares hegemônicos são determinantes para a emissão dos gases de efeito estufa, mudanças climáticas globais, desmatamento, destruição da biodiversidade e uso irresponsável de água potável; e também estão fortemente associados à elevada prevalência de obesidade, desnutrição e Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) (CULLIFORD; BRADBURY, 2020; FRESÁN; SABATÉ, 2019; JARMUL *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019).

As taxas de fome seguem crescentes no mundo, assim como o excesso de peso. Segundo o relatório *State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI, 2020)*, em 2019, 47,7 milhões de pessoas foram afetadas pela fome na América Latina e Caribe (FAO, 2020).

No Brasil, as características do sistema agroalimentar também são responsáveis por padrões que resultam no aumento da prevalência da má nutrição e das doenças crônicas não transmissíveis e, ainda, na homogeneização das formas de produção dos alimentos e das práticas alimentares, culminando na perda de identidades culturais tradicionais (BRASIL, 2019; JAIME *et al.*, 2018; LOUZADA *et al.*, 2015; MONTEIRO *et al.*, 2018; POPKIN, 2019; SOUZA *et al.*, 2017). Além disso, apesar de o país ser considerado um dos maiores produtores de alimentos do mundo, os dados II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil revelam 33,1 milhões de brasileiros em situação de fome (IAN grave) e, ainda, mais da metade da população do país em algum grau de IAN (REDE PENSSAN, 2022).

As incoerências do sistema agroalimentar hegemônico ocupam espaço nas discussões sobre SSAN e apontam para a necessidade de se repensar a situação e as formas de fazer, tendo em vista o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O desafio global urgente de reconfigurar sistemas alimentares para que possam garantir alimentação a todos e ao mesmo tempo contribuir para a saúde do planeta, demonstra a necessidade de mudanças sistêmicas e integradas, para caminhar no sentido dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com atenção especial às questões sociais (HERRERO *et al.*, 2020; HLPE, 2017; 2020; ROCKSTORM *et al.*, 2020).

Os dezessete ODS, propostos pela ONU em 2015, estabelecem metas globais para o Desenvolvimento Sustentável e devem ser alcançadas até 2030. Os sistemas alimentares interagem fortemente com todos os ODS, cabendo destacar o ODS 2, que visa “*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável*” (UNIC, 2016).

De acordo com as projeções do relatório *SOFI*, o mundo não irá alcançar a erradicação da fome até 2030, por isto é necessário o investimento em políticas públicas e estratégias na perspectiva de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (FAO, 2020). Sobre a realidade nacional, existem registros que o Brasil apresenta desenvolvimento insuficiente para atingir a meta do ODS 2 até 2030 (SACHS *et al.*, 2020; SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT, 2020).

Para que as nações tenham acesso à alimentação adequada e saudável no futuro, será necessária uma transformação coletiva e sinérgica em escala global, no sentido da adoção de melhores hábitos, da produção alimentar oriunda de sistemas sustentáveis e da redução do desperdício de comida e recursos naturais (WILLETT *et al.*, 2019). Contudo, o panorama atual evidencia ameaças à SSAN e à saúde global, ficando explícito que é necessário reunir esforços para que a humanidade, hoje e amanhã, possa desfrutar de qualidade de vida e de um planeta saudável, sendo as juventudes, a alimentação e a sustentabilidade elementos indispensáveis para essas mudanças.

2.2 Alimentação, sustentabilidade e conceitos relacionados

A sustentabilidade pode ser definida como a habilidade de manter a produtividade de um sistema de modo a atender também às necessidades da geração futura (DANIEL *et al.*, 2000). Trata-se de um conceito dinâmico e multidimensional, tendo em vista que os problemas relacionados a esse campo envolvem interações entre as esferas econômica, natural e sociocultural (STOFFEL; COLOGNESE, 2015).

O presente trabalho ressalta diferentes dimensões da sustentabilidade e se relaciona conceitualmente com a alimentação adequada e saudável, o DHAA, a SAN e a Soberania Alimentar, que valorizam a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

A dimensão ambiental da sustentabilidade pode ser compreendida como uma forma de intervenção no meio ambiente, com intuito de não esgotar os recursos naturais, para que estes estejam disponíveis para as gerações que estão por vir. Para isso, é crucial entender a capacidade biológica necessária para absorver os impactos ambientais causados pela humanidade, e ainda ampliar soluções econômicas para reduzir o consumo de recursos, deter a poluição e conservar os habitats naturais (MIKHAILOVA, 2011; SILVA *et al.*, 2013).

Referida a importância da dimensão econômica no complexo da sustentabilidade, Stoffel e Colognese, a partir de uma discussão da literatura sobre o tema, apontam que esta

[...] envolve geração de trabalho, distribuição de renda e desenvolvimento de tecnologias capazes de aumentar a produtividade sem, no entanto, destruir os recursos naturais. Ela promoverá o desenvolvimento das potencialidades locais e incentivará a diversificação de atividades e setores. Além do mais, possibilitará a alocação e gestão mais efetivas dos recursos, acompanhados de um fluxo regular dos investimentos públicos e privados [...] (STOFFEL; COLOGNESE, 2015, p. 30).

Já a sustentabilidade social presume que todos os cidadãos desfrutem de uma vida digna e tenham o direito de usufruir dos bens e serviços, recursos naturais e energéticos sem prejudicar o bem-estar do outro. Isto implica na geração de renda e distribuição igualitária de

maneira que diminua as desigualdades sociais, visando à melhoria das condições de vida das sociedades (LOURENÇO; CARVALHO, 2013; SACHS, 2000).

Alguns autores consideram o aspecto cultural no âmbito da sustentabilidade multidimensional como um dos mais importantes. Nesse cenário, as decisões e interesses do grupo social devem ser pautados em seus valores culturais, os quais devem nortear o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004; JARA, 2001; LOUREIRO; CALLOU, 2007; OLIVEIRA, 2016).

Tendo em vista essas diferentes dimensões, os esforços em torno da sustentabilidade são apontados como necessários para transformações ambientais e socioeconômicas (MENDONÇA; PIRES, 2005). Esta afirmação dá sentido aos discursos dos movimentos sociais que são convergentes às práticas de produção e consumo sustentáveis (BORGES, 2012; HORA, 2019; NETO; CANAVESI, 2020), apontadas como parte fundamental no enfrentamento de problemas sociais e ambientais (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011).

Do ponto de vista conceitual o cenário é esperançoso, já que existe um entrelaçamento entre aquilo que se entende por uma alimentação adequada e saudável e a forma de conceber e realizar o DHAA, a SAN e a Soberania Alimentar, sem perder de vista o extrapolamento da esfera ambiental do conceito de sustentabilidade, perpassando todos os eixos do sistema alimentar (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2014; CUBA, 2001; MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

Cabe destacar, que a SAN compreende a realização do DHAA, e se dá através do acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes; com práticas alimentares promotoras de saúde; diversidade cultural; e ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A SAN pode ser desdobrada em alguns eixos, sendo: i) Produção sustentável de alimentos; ii) Preservação dos recursos naturais; iii) Respeito à sociobiodiversidade; iv) Aproximação entre produtor e consumidor; v) Alimentação Adequada e Saudável; e vi) Políticas Públicas no sentido da sustentabilidade do sistema alimentar. A SAN se conecta aos princípios da Soberania Alimentar, traduzida no direito dos povos em decidir e preservar suas estratégias de produção, distribuição, consumo e práticas alimentares tradicionais, devendo ocorrer em bases sustentáveis (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006b; CUBA, 2001). Nesse seguimento, a alimentação adequada e saudável é definida como:

[...] um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar

e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014, p. 8).

Em virtude da insustentabilidade dos sistemas agroalimentares atuais e dos impactos já mencionados, o enfoque na sustentabilidade deve ser considerado nas discussões e práticas da alimentação (AUESTAD; FULGONI, 2015; MARTINELLI; CAVALLI, 2019). Vários países têm buscado estratégias para alcançar uma alimentação saudável e sustentável, inclusive, o Brasil (BLACKSTONE; CONRAD, 2020; DYNGELAND *et al.*, 2020; LASSEN *et al.*, 2020). Nesse campo, são encontrados diferentes conceitos, que relacionam alimentação e sustentabilidade.

A proposta de definição de uma *dieta sustentável* teve início na década de 80 (ALSAFFAR, 2015) e em 2010 foi proposta pela FAO e amplamente difundida como:

[...] aquelas com baixo impacto ambiental que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para uma vida saudável das gerações futuras. As dietas sustentáveis são protetivas e respeitadoras da biodiversidade e dos ecossistemas, culturalmente aceitáveis, economicamente acessíveis e justas, nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis, enquanto otimizam recursos naturais e humanos (FAO, 2012, p.7).

No entanto, esse conceito vem sendo questionado. Marchioni, Carvalho e Villar (2021) ao mencionarem caminhos para superação dos desafios da Síndrome Global e do Sistema Alimentar sugerem um olhar mais atento aos sistemas alimentares. Meybeck e Gitz (2017), por sua vez, também já haviam chamado a atenção para o não envolvimento direto do sistema alimentar no conceito proposto pela FAO e recomendaram outra definição:

Uma dieta sustentável é uma dieta que contribui para o bom estado nutricional e a boa saúde no longo prazo do indivíduo/comunidade e isto contribui para e é ativado por sistemas alimentares sustentáveis, contribuindo assim para a segurança alimentar e nutricional no longo prazo (MEYBECK; GITZ, 2017, p.3).

Anteriormente, Lawrence e colaboradores (2015) elencaram características para identificação de dietas sustentáveis, a saber: consumo moderado; mudança nos padrões alimentares atuais para dietas baseadas em vegetais; redução do consumo de ultraprocessados e do desperdício alimentar. Percebe-se que essas características exprimem uma relevância maior sob a ótica do meio ambiente (MARCHIONI; CARVALHO; VILLAR, 2021).

Já em 2019, no relatório da Comissão ETA-Lancet foi traçada a concepção de *Dietas Saudáveis a partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis*, traduzida como:

Dietas saudáveis têm um ótimo consumo calórico e consistem em grande parte de uma diversidade de alimentos à base de plantas, baixas quantidades de alimentos de origem animal, contêm gorduras não saturadas ao invés de saturadas, e quantidades limitadas de grãos refinados, alimentos altamente processados e açúcares adicionados (WILLETT *et al.*, 2019, p. 10).

Essa proposta vem sendo analisada e cabe evidenciar uma lacuna com relação aos aspectos sociais, culturais e de acesso físico e econômico à alimentação (HIRVONEN *et al.*, 2020; KNUPPEL *et al.*, 2019).

Diante desse contexto, é necessário reforçar que o presente estudo não admite como objeto de pesquisa a formulação de um conceito de *alimentação sustentável*, pois existe a compreensão que este ainda não está consolidado e que existem diferentes conceitos em disputa, tanto no campo político como no acadêmico. Apesar disso, é percebida a potencialidade desta pesquisa ao promover a manifestação de elementos que aprofundem as discussões sobre um conceito de *alimentação sustentável*, a partir da voz dos atores sociais dos sistemas alimentares, neste caso os jovens rurais. Afinal, será que as juventudes do campo, que produzem e comercializam alimentos, poderiam agregar elementos para a tessitura do conceito de *alimentação sustentável* pautado em suas percepções e práticas? Quais dimensões poderiam emergir dos processos de escuta?

2.3 Juventudes e juventude rural

A juventude é uma fase do ciclo da vida marcada por intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, não devendo, portanto, ser considerada somente uma transição entre a infância e a vida adulta. A título de delimitação, órgãos oficiais compreendem a juventude na faixa etária entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2006a; UNESCO, 2006); contudo, são diversos os fatores que convenciam a condição social jovem além das faixas de idades, como, a classe social a que pertence, autonomia adquirida, inserção no mercado de trabalho e expectativa de vida (AQUINO, 2008).

Dentro da faixa etária que define o jovem, diferentes grupos podem ser identificados. Essa pluralidade se dá em função dos diferentes contextos de vida, experiências e identidades sociais, caracterizando dessa forma as “juventudes”, grupo populacional que é moldado historicamente, pelas diferentes sociedades e instituições, logo, não deve ser estudado sob uma perspectiva homogeneizadora (SOUZA; PAIVA, 2012; UNESCO, 2006).

Temas afetos às juventudes têm ganhado espaço nos últimos anos, em publicações acadêmicas e no meio político e cultural, em função da pertinência deste ciclo na formação do processo de socialização e projetos de vida desses indivíduos (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016).

As juventudes se posicionam enquanto atores no desenvolvimento e na construção da sociedade, e carecem de acesso a uma educação de qualidade, ações públicas direcionadas

para esse grupo e apoio à participação ativa na política (SOUZA; PAIVA, 2012; AQUINO, 2008). Nesse sentido, Reis e Shintaku (2020, p. 5) manifestam “*a juventude de um país representa o seu futuro*”. No entanto, mesmo diante da importância dessa população, as leis voltadas especificamente às juventudes são recentes. No Brasil, tiveram início nos últimos 30 anos, cabendo ressaltar dois grandes marcos, o primeiro em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e mais recentemente (2013) o Estatuto da Juventude (REIS; SHINTAKU, 2020). Outro marco importante ocorreu em 2005, com a criação da Política Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional da Juventude e do Programa Nacional para a Juventude (Projovem), por meio da Lei nº 11.129 (CASTRO, 2022).

No histórico traçado por Reis e Shintaku (2020), entre 1990 e 2019, em relação às políticas públicas do Brasil no âmbito das juventudes, encontra-se nove decretos, dez leis, seis portarias e quatro resoluções, destacando-se: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Dia Nacional da Juventude, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A partir deste recorte, observa-se um maior foco das leis e normativas para juventudes no campo da educação, emprego e renda, cultura e lazer.

No que diz respeito à saúde, as políticas públicas para as juventudes se voltam para os temas: consumo excessivo de álcool, drogas, saúde sexual e reprodutiva (COSTAL; SHINTAKU; COSTA, 2020). Ressalta-se a escassez de políticas públicas de alimentação e nutrição específicas para as juventudes, apontando a necessidade de maior foco e fortalecimento nesse âmbito.

O Brasil atualmente apresenta uma população de 47,2 milhões de jovens, com 42,3% da população abaixo de 30 anos (IBGE, 2020b). Todos esses jovens são sujeitos de direitos coletivos, fazendo-se necessário a elaboração de políticas públicas que acolham a complexidade, pluralidade e reais demandas desse grupo, abrangendo as dimensões socioeconômica e a participação social (BRASIL, 2006a; UNESCO, 2006). Nessa perspectiva, a interface entre as produções acadêmico-científicas e o setor público contribui para a melhoria e o ajuste das políticas públicas voltadas às juventudes, do campo e da cidade (HORTA; SENA, 2010).

Os jovens que vivem no meio rural compõem uma população diversa e heterogênea, no qual se autoidentificam jovens camponeses, quilombolas, assentados, quebradeiras de coco, agricultores familiares, negros, ribeirinhos, assalariados, sem-terra, indígenas,

extrativistas, bem como jovens vinculados ao agronegócio (BARCELLOS; MANSAN, 2014; GALINDO, 2014; KUMMER, 2013).

Tendo em vista a diversidade e a heterogeneidade da população e os modos de vida no meio rural brasileiro (FOLLMAN, 2020), cabe destacar que o presente trabalho reconhece a história e resistência dos diferentes grupos sociais no campo. No entanto, utilizar-se-á do termo *juventude rural* para fins de abrangência de pesquisa, como comumente é usado (MARTINS, 2021). Em nenhuma circunstância nega-se aqui as diferentes classes sociais e realidades presentes no campo, nem se busca homogeneizar os distintos sujeitos.

De acordo com o último Censo Agropecuário 9,48% das pessoas que vivem em meio rural tem entre 25 e 35 anos, sendo que, mais de 11% dos produtores estão dentro da faixa etária mencionada (IBGE, 2019). Apesar de representar percentuais significativos, poucos estudos são direcionados para esse grupo (CASTRO, 2016b; MARTINS, 2021; VALADARES, 2014; 2016).

No Brasil, por vezes, esses jovens são submetidos ao olhar simplista sobre o êxodo rural, enquanto um problema, e é associada à imagem de um sujeito desinteressado pelo campo, o que gera invisibilidade ao grupo tanto em produções acadêmico-científicas como no âmbito das políticas públicas. Em diversas pesquisas e ações governamentais e/ou do terceiro setor no Brasil é possível observar o direcionamento predominante aos jovens do meio urbano (BRUMER, 2007; CASTRO, 2009a; WEISHEIMER, 2005).

É sabido que uma complexidade de fatores influencia a saída do jovem do campo para as cidades, dentre eles: as más condições de trabalho e sua baixa rentabilidade; acesso à educação e ao lazer com a necessidade de circulação por outros territórios; participação social minimizada e, conseqüentemente, menor autonomia e protagonismo nas ações públicas. É importante perceber o histórico de escassez de ações do Estado para o meio rural, onde, a falta de equipamentos públicos, infraestrutura e políticas públicas dificulta o acesso à terra e à renda, sendo determinantes para a ocorrência do êxodo rural (SILVESTRO, 2001; KUMMER, 2013; MACEDO *et al.*, 2014; VALADARES *et al.*, 2016; SPANEVELLO, 2011).

Cumprido destacar também a presença da estrutura familiar patriarcal no campo, a qual se reproduz no ambiente de trabalho e em outros contextos coletivos, de forma que subordina e controla os jovens, reprimindo sua autonomia (CASTRO, 2005; FOLLMAN; ROOS, 2020; STROPASOLAS *et al.*, 2002).

Apesar de não se limitar ao controle feminino, atingindo os jovens de maneira geral, os conflitos gerados no núcleo familiar no campo brasileiro, reforça a desigualdade de gênero,

onde as mulheres jovens têm participação significativamente mais baixa nas tomadas de decisão. Comumente as mulheres são socializadas a se envolver apenas em trabalhos domésticos e de cuidado com a família e tem seus saberes questionados, sendo desestimuladas a desenvolverem outras atribuições. O não reconhecimento do trabalho feminino no campo, que por vezes é visto como “ajuda”, acarreta a inexistência de renda monetária para as atividades que são desempenhadas sem cunho doméstico, tornando o campo um local sem oportunidades de emancipação para as jovens (FOLLMAN, 2020; KUMMER, 2013; SAFIOTTI, 2015; CASTRO, 2007; WEISHEIMER, 2007).

Cabe destacar que, mesmo diante desses obstáculos, através do seu trabalho e atuação nas mais diversas esferas sociais, as mulheres do campo, protagonizam o desenvolvimento da agricultura familiar (MEUS; ETHUR, 2022; MIRANDA; CINELLI, 2022).

De uma maneira geral, para os homens e mulheres jovens, a independência financeira tende a romper com esse processo, diante da impossibilidade de promover transformações sociais no meio rural e exercer sua cidadania, o jovem acaba por buscar emprego nos centros urbanos (CASTRO, 2005; FOLLMAN; ROOS, 2020; STROPASOLAS *et al.*, 2002).

Contudo, como mostra o estudo de Valadares e colaboradores (2016), analisando e comparando os dados dos Censos do IBGE, as estatísticas indicam maior permanência do jovem no campo, fato que coincide com a maior participação da juventude rural em movimentos sociais e ações políticas. Ou seja, o êxodo rural atingiu seu ápice entre os anos de 1991 e 2000, demonstrando uma saída de 1,3% da população rural ao ano; no censo de 2010 é possível observar uma diminuição da saída da população do campo para as cidades, representando em torno de 0,65% ao ano (IBGE, 2010; VALADARES *et al.*, 2016).

Cabe destacar também a existência de um movimento de circulação de pessoas do meio urbano para o rural em diferentes partes do mundo, denominado como “novos rurais”. Em meados da década de 90, estudos começam a ser publicados no Brasil, demonstrando que esse movimento ocorre em todas as regiões do país com contradições e complexidades (GIULIANI, 1990).

As motivações que impulsionam esse tipo de deslocamento parecem expressar valores típicos do “velho” mundo rural, incluindo relações diretas com o trabalho e a natureza, valorizando o espaço cotidiano rural como desejável, em detrimento das condições de vida degradantes das cidades. O bem estar, relacionado à tranquilidade do campo, a ausência de sons de trânsito, o contato ao ar livre da poluição são fatores motivadores. Da mesma forma, o trabalho menos rígido, diferente dos encontrados nas cidades, seja relacionado à agropecuária ou a outras atividades -como o agroturismo- impulsionam essa circulação. Sendo uma

escolha, a ressignificação do trabalho como uma atividade que proporciona prazer, borra a divisão tempo de trabalho e tempo livre. Esses fatores acabam culminando em mais “tempo para viver” (FREITAS, 2005; GIULIANI, 1990; SOARES; SPINELLI, 2021).

Paralelamente, no Brasil, na década de 90 constatou-se que grande parte dos jovens que faziam esse movimento, reproduziam no campo o modelo de produção capitalista do agronegócio, contando com ajuda financeira de familiares para aquisição de terra e empreendimento, o qual se desenvolvia com base em uma ideologia burguesa, isto é, imprimindo condições insatisfatórias aos trabalhadores (GIULIANI, 1990). Apesar de os “novos-rurais” não consistirem em uma categoria homogênea, recentemente, evidencia-se a classe média brasileira em uma busca pela vida no campo, pautados por elementos da produção agroecológica. No entanto, essa movimentação se conduz de forma a não ameaçar a hegemonia do agronegócio e isenta à luta de classes, se restringindo à esfera individual, e em nenhuma circunstância, podendo se caracterizar como um processo político-social (SILVA NETO, 2019; SOARES; SPINELLI, 2021).

Diferentemente dos “novos-rurais”, as motivações de permanência do jovem no campo estão relacionadas à melhoria na infraestrutura das comunidades rurais, acesso às tecnologias de produção e maior consumo de bens duráveis, que são itens contemplados por algumas políticas públicas (MONTEIRO; JACOSKI; POLI, 2020; SANTOS, 2009; TROIAN *et al.*, 2011).

Sob a ótica dos próprios jovens rurais é possível observar que a terra, a agricultura familiar, as instituições (família e cooperativas) e as políticas públicas de transferência de renda são fatores motivadores da permanência no campo. Em relação aos jovens rurais que saem do campo, mas retornam, os principais determinantes são econômicos. A falta de oportunidade nas cidades, melhoria de renda e acesso a políticas públicas no campo, além de aspectos familiares como o cuidado com a família e o casamento (no caso das mulheres) são motivadores para o retorno ao meio rural (BOESSIO; DOULA, 2016; CASTRO *et al.*, 2009b; VALADARES *et al.*, 2016). Assim, percebe-se um desejo de permanência, diferentemente de outras décadas. O jovem tem percebido o meio rural de maneira mais positiva cabendo ressaltar aqui que estes territórios não são exclusivamente agrícolas; há também o sentimento de compromisso com a família, com a identidade cultural do campo e a intenção, especialmente dos rapazes, em continuar desempenhando o trabalho agrícola realizado pelos pais (ABRAMOVAY *et al.*, 2014; BREITENBACH; CORAZZA, 2019; CARNEIRO; CASTRO, 2007; BOESSIO; DOULA, 2016; VALADARES *et al.*, 2016).

Viabilizar a permanência dos jovens no campo envolve mais do que questões individuais. Partindo deste pressuposto, apontam-se necessidades de melhoria das políticas públicas de acesso à terra, ao crédito rural e a qualidade de vida no campo (GALINDO, 2014). Faz-se necessário, também, reconhecer a juventude rural enquanto grupo formador de identidades e demandas sociais, que se organiza dentro das possibilidades de escuta de sua voz. Não restam dúvidas, que o jovem rural mostra-se relevante no processo de visibilidade de seu meio, agindo principalmente nos movimentos sociais rurais ou em espaços religiosos, nos quais reafirmam sua identidade como *agricultor familiar, trabalhador e camponês*, e dialogam com o mundo globalizado construindo estratégias de luta por seus direitos e pela permanência no campo (CASTRO, 2005; CASTRO *et al.* 2009b; STROPASOLAS *et al.*, 2002). Desse modo, estudos apontam para a necessidade de investigar a juventude rural, as dimensões que a envolve, as motivações que viabilizam sua permanência ou presença no campo, e os espaços sociais ocupados por eles (BRUMER, 2007; KUMMER, 2013).

Diferentes estudos têm analisado os comportamentos, as atitudes e os conhecimentos de jovens em relação à alimentação e a sustentabilidade, levando em conta uma abordagem multidimensional com vistas a nortear políticas públicas para reduzir os impactos ambientais dos sistemas alimentares (PIENIAK *et al.*, 2016; GARCÍA-GONZÁLEZ *et al.*, 2020). Tepper, Kaufman-Shriqui e Shahar (2020) apontam a importância de se ouvir os jovens sobre essas temáticas, admitindo que suas percepções e práticas são potenciais ferramentas para o direcionamento de ações e propostas vinculadas aos sistemas alimentares sustentáveis. Destaca-se que as juventudes têm se inserido em espaços políticos para contribuir com os debates acerca da sustentabilidade, dado que ela é um dos eixos da Política Nacional da Juventude (CONJUVE, 2005; FERNANDEZ *et al.*, 2014).

2.3.1 Políticas públicas para juventude rural

De acordo com Castro e colaboradores (2009b) na década de 90 emergem os primeiros programas voltados à juventude rural, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) o primeiro a trazer visibilidade a esse público. Mais tarde, a partir de 2003, houve um aumento de programas e políticas públicas que atenderam o jovem rural, principalmente na agenda da Educação, dentre eles destacam-se o Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Transporte Escolar, o Consórcio Social da Juventude Rural e o Saberes da Terra (CASTRO *et al.*, 2009b).

Diversos estudos apontam que as políticas públicas criam condições e motivam a permanência do jovem no campo, dentre elas podemos elencar: i) as políticas públicas para a agricultura familiar e comercialização de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); ii) de assistência técnica e reforma agrária, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER); iii) de crédito rural como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) linha Pronaf Jovem; iv) e políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (BARCELLOS, 2017; MONTEIRO; JACOSKI; POLI, 2020; SANTOS, 2009; VALADARES, 2016; TROIAN, 2011).

Apesar do crescimento de políticas públicas direcionadas à juventude rural no Brasil é possível identificar o não envolvimento de muitos Ministérios, demonstrando o reducionismo na discussão sobre esta temática, fato que indica a necessidade de maior visibilidade ao grupo (CASTRO *et al.*, 2009b).

Dentre as demandas pautadas pelos movimentos sociais de jovens rurais para as agendas das políticas públicas, Galindo (2014, p. 127) descreve as principais reivindicações abordadas, sendo, "*terra, trabalho, educação, cultura, lazer, tecnologias de informação e comunicação, esporte e participação*".

Em consonância com as demandas apontadas, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional traz entre suas propostas:

Criar programas para jovens no meio rural pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal, com a redução da taxa de juros do Pronaf, incentivando sua permanência e retorno ao meio rural por meio de estímulo à produção orgânica e agroecológica e agregação de valor destes produtos, fomento de agroindústrias familiares e assistência técnica para o uso sustentável do solo e da água; ensino de qualidade e adequado à sua realidade, lazer, comunicação (telefone, internet etc.), com a melhoria da rentabilidade e acesso gratuito às novas tecnologias sociais e sustentáveis no meio rural (BRASIL, 2015, p. 41).

Destaca-se aqui, a importância de ouvir e considerar o jovem rural em toda sua multidimensionalidade a fim de desenvolver políticas públicas participativas, inclinadas às demandas próprias desses sujeitos. As políticas públicas, quando executadas a partir de práticas democráticas, com estímulo à participação social e visibilidade ao meio rural, podem contribuir para o entendimento e a alcance das necessidades sociais e de saúde, e ainda, para o exercício da cidadania (RUIZ; GERHARDT, 2012).

2.3.2 Juventude rural: um ator político na alimentação e sustentabilidade

O censo Agropecuário é uma pesquisa realizada quinquenalmente pelo IBGE para investigação de informações sobre os estabelecimentos e atividades agropecuários desenvolvidas, e abrange também características do produtor. A última pesquisa (2017) indicou redução no quantitativo de jovens produtores rurais, revelando a necessidade de ampliação dos incentivos para a integração dessa parcela da população no comando das atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

Segundo o estudo de Castro (2009a) há uma parcela de jovens rurais que participa de organizações políticas, sindicais e de mobilização e se organizam para a ação. As demandas apresentadas são diversas, vão desde o acesso a direitos sociais básicos, como educação, saúde, esporte, cultura e lazer, até reivindicações sobre as mudanças estruturais para transformações no espaço rural, como a reforma agrária e política agrícola com visibilidade e fortalecimento da agricultura camponesa. Ressalta-se que esta categoria de jovens, ativos em espaços políticos e sociais, não abarca toda a diversidade da população juvenil rural.

Dentre os anos de 2000 e 2008, a intensa participação social da juventude rural organizada propiciou um aumento de políticas públicas e programas voltados a esse público e ao meio que vivem, os quais foram conquistados a partir de estratégias construídas pelos próprios jovens, garantindo assim visibilidade (CASTRO, 2022).

Follman e Roos (2020) discutem a atuação dos jovens camponeses junto aos movimentos sociais na disputa por territórios e na relação com o campesinato, o qual resiste ao sistema de produção capitalista. As autoras destacam conquistas para os acampamentos rurais, oriundos da mobilização dos jovens, e a importância dessa participação política para a permanência, retorno ao campo e para o reconhecimento enquanto camponês.

O estudo de Silva (2012) apresenta jovens ocupando espaço de destaque na produção familiar, que propicia mudanças na propriedade e a ressignificação do meio rural, como: a substituição da agricultura convencional pela orgânica; cultivo com maior diversidade de produtos; aproximação de consumidores por meio de feiras, dispensando contato com atravessadores e; a possibilidade de conciliar o exercício de outras atividades laborais com as práticas agrícolas.

Em consonância a este cenário, Oliveira, Feliciano e Lima (2017) apresentam jovens rurais que se organizam para o embate e a força de resistência diante do modelo hegemônico capitalista, o agronegócio, mostrando-se como importantes atores para continuidade da luta

pela permanência dos camponeses em seus territórios e pelo fortalecimento dos modos de vida no campo (OLIVEIRA; FELICIANO; LIMA, 2017).

A despeito desse protagonismo, entre 2005 e 2015, políticas públicas possibilitaram a participação social das juventudes, deslocando o jovem do lugar de “sujeito de risco” para “sujeito de direitos” (MOREIRA *et al.*, 2018; ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020). Sendo assim, reconhece-se os jovens rurais enquanto sujeitos políticos que vocalizam e valorizam as lutas pelo direito à terra, água e à SSAN tendo como elemento fundamental a transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura familiar, que é o principal meio de inclusão produtiva dos jovens camponeses (CASTRO, 2017).

A juventude rural, dessa forma, vem ao longo dessa trajetória de protagonismo, ocupando espaços de representação essenciais para proposição e formulação de direitos e políticas públicas (CASTRO, 2022).

No entanto, no que diz respeito à alimentação, a população rural é mais acometida pela fome no Brasil. Segundo dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, mais de 60% dos domicílios rurais estão em algum grau de IAN, sendo que 18,6% são classificados em IAN grave (restrição alimentar dos integrantes do núcleo familiar). Paradoxalmente, 21,8% dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais estão em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022). Cabe mencionar que a POF já havia revelado que quanto menor a faixa etária maiores são as chances de estar em IAN, estando os jovens em maior vulnerabilidade (IBGE, 2020a).

O contexto de mudanças dos hábitos alimentares dos brasileiros é refletido também no meio rural, quando se compara as POFs 2002-2003 e 2017-2018, observa-se um crescimento de 11% na despesa com alimentação fora de casa e o aumento no consumo de produtos ultraprocessados (AUP). Além disso, o consumo de açúcar no campo supera o da zona urbana em 3,5% (IBGE, 2004; 2020a).

Os jovens rurais são potenciais atores para discussão da sustentabilidade dos sistemas alimentares, para a continuidade do meio rural e, ainda, para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Por outro lado, tendo em vista a situação de elevada prevalência de IAN e aumento no consumo de AUP no meio rural, cabe questionar: a alimentação e a sustentabilidade são, de fato, pautas nas discussões dos jovens rurais?

É possível identificar uma dicotomia entre o jovem urbano e rural, onde existe uma valorização cultural, social, laboral e dos meios de vida urbano em relação ao rural. No entanto, os jovens rurais identificam diversas vantagens em viver neste meio, comparados à vida urbana, e dentre eles, a troca de alimentos entre diferentes propriedades, o que torna a

alimentação diversificada um elemento que caracteriza o campo como um lugar favorável a se viver (BREITENBACH; CORAZZA, 2019; TROIAN; BREITENBACH, 2018a; 2018b).

Tendo em vista as construções oriundas das 1ª e 3ª Conferências Nacionais de Juventude¹, é possível observar agendas prioritárias para “*Juventude do campo*”, “*Juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais*” e “*Meio Ambiente*”, com vistas à juventude rural (BRASIL, 2008; 2016).

Ao se realizar uma busca de descritores de interesse em documentos oriundos de espaços participativos de jovens, a nível nacional, foi possível identificar a presença das pautas alimentação e sustentabilidade. Os descritores pesquisados foram: “alimento(s)”, “alimentação”, “alimentar”, “comida”, “sustentável(is)” e “sustentabilidade(s)”.

No Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Juventude, as palavras “alimentação” e “alimentar” aparecem quatro vezes, sendo duas delas relacionadas à “segurança alimentar” como elemento no subtópico “sexualidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos”, no eixo “sexualidade e saúde”. A palavra “alimentação” também apareceu como elemento essencial de políticas estudantis, dentro do eixo “comunidades tradicionais”. A “construção de sociedades sustentáveis” aparece no eixo meio ambiente, a carta também prevê a construção de tecnologia “sustentável” para a AF, na prioridade “Jovens do Campo”, somando quatro manifestações nesses contextos (BRASIL, 2008, p. 13; 16; 18; 20; 25; 33).

Analisando o mesmo repertório de descritores na Resolução final da 3ª Conferência Nacional de Juventude, verifica-se presença das palavras “alimentar”, “alimentos” e “alimentação” nos seguintes contextos: i) elemento do eixo temático Educação, com a incorporação da temática “saúde alimentar” no currículo escolar; ii) no eixo temático Saúde, indicando a necessidade do “cultivo de alimentos saudáveis” no contexto da agroecologia e do uso de agrotóxicos, e na prática de uma “alimentação saudável” como tema a ser fortalecido no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE); iii) no Meio Ambiente, no que diz respeito ao incentivo da permanência de jovens no campo “*ampliando as linhas de crédito para plantio de alimentos orgânicos*”; e no sentido de “*Priorizar os produtos orgânicos nas aquisições de alimentos pelos órgãos governamentais; bem como fomentar práticas agroecológicas, a partir da organização de jovens [...]*” (BRASIL, 2016b, p. 15; 20; 22; 23). Já a palavra “sustentabilidade” aparece seis vezes no eixo Meio ambiente, através do fortalecimento da agroecologia e de Escolas Familiares Agrícolas como promotoras da sustentabilidade, implantação de empreendimentos sustentáveis que estimulem a permanência

¹ Não foram encontrados os materiais de sistematização sobre a 2ª Conferência Nacional de Juventude

dos jovens no campo; e ampliação de programas de incentivo técnico e financeiro para juventude rural que mantém práticas “sustentáveis” (BRASIL, 2016b, p. 10; 22; 23).

As palavras “alimentação” e “alimento” aparecem oito vezes no Relatório Final do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Pública, sendo sete delas contextualizadas com o tema dessa pesquisa. O repertório de discussão da “alimentação” e do “alimento” apresentaram vinculações com as políticas públicas de fomento para produção de alimentos no meio rural; foram incluídas nas ações públicas estudantis; configuraram-se como elementos centrais na discussão sobre agrotóxicos; e nas políticas de produção de alimentos agroecológicos, voltadas para a juventude rural.

As palavras “sustentável” e “sustentabilidade” aparecem 12 vezes no contexto da pesquisa, como um eixo “Juventude do campo e da floresta, sucessão e perspectivas de produção sustentável: acesso a terra, agroecologia e condições de produção”; a “sustentabilidade sociocultural” como necessária para assegurar a condição plena dos jovens indígenas; como princípio de projetos produtivos; tecnologias para a produção sustentável (BRASIL, 2012^a, p. 3, 33, 37, 49, 53, 56).

Destaca-se uma importante reflexão:

Ao comer qualquer alimento ou antes de comer pergunte: de onde vem? como foi produzido? foi produzido com segurança? Após se fazer estas perguntas, reflita: deve-se comer e se seus amigos já sabem destas informações. Então, tome uma decisão, reúna os amigos e pesquise materiais para estudar. Há muitos vídeos, documentários sobre o tema, panfleto, cartilhas, é só buscar. Lembre-se, esta campanha tem compromisso com a defesa da vida, por isso ela depende de vocês também. O campo brasileiro está contaminado pelos venenos. Alimentos e energia não são mercadorias. Vamos reunir, conversar, ler, pesquisar, discutir, procurar os movimentos camponeses para melhor conhecer as propostas (BRASIL, 2012a, p. 56).

No Relatório Final da 1^a Conferência Nacional Livre de Juventude e Saúde, também percebeu-se que a temática da “alimentação” apresenta convergência com o que foi tratado até aqui. Fazem parte do documento questões relativas à “alimentação e nutrição”; a insegurança alimentar e nutricional; os impactos dos agrotóxicos na saúde, que surgem nos contextos de ações de conscientização para valorização da “alimentação saudável”; a facilitação de acesso ao selo de “alimentação orgânica” a pequenos agricultores e a promoção de campanhas para redução do “desperdício alimentar” (BRASIL, 2018, p. 4; 8; 21). A sustentabilidade esteve presente apenas uma vez, na preocupação dos jovens em garantir a não distribuição de copos descartáveis durante o evento (BRASIL, 2018, p. 34).

O estudo realizado por Tepper, Kaufman-Shriqui e Shahr (2020) mapeou preocupações e atitudes sobre uma dieta saudável e sustentável, incluindo os jovens rurais. Os resultados demonstram preocupação com o desperdício de alimentos, o uso de embalagens

não recicláveis e o impacto ambiental do uso da terra e da água na produção de alimentos. Além disso, os jovens demonstraram uma percepção da necessidade de ação do poder público para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Em síntese, percebe-se que o tema da alimentação está presente nos diálogos entre os jovens rurais e, por vezes, está relacionada à dimensão da sustentabilidade. Sendo assim, verifica-se que há potencialidade para avançar nas discussões sobre a alimentação adequada e sustentável, na perspectiva da juventude rural. Diante do exposto, discute-se o papel social e político dos jovens rurais em relação aos avanços e conquistas ligadas à SSAN e à sustentabilidade, especialmente, quanto ao fortalecimento e a continuidade da agricultura familiar.

2.3.3 Protagonismo dos jovens rurais na construção de ações de EAN

O envelhecimento do campo é um fenômeno preocupante, no entanto, é sabido que em algumas regiões do país, as ações educativas são motivadoras da permanência do jovem no meio rural, pois geram oportunidades de protagonismo, reconhecimento enquanto sujeitos coletivos de direito, e assim, um vislumbre para a transformação social desejada (MOURA; FERRARI, 2016).

A construção da autonomia é característica essencial das juventudes (UNESCO, 2006). Boghossian e Minayo (2009) consideram o protagonismo juvenil como uma proposta pedagógica capaz de promover a ação cidadã. De forma semelhante, Sander (2014) destaca a importância do protagonismo dos jovens na transformação social, a saber:

Considerando que a juventude deve ser compreendida enquanto categoria social e os jovens como sujeitos de direitos para que possam contribuir de forma decisiva para dinamizar a sociedade e propor soluções para os seus principais problemas. É necessário criar formas e possibilidades da participação ativa dos jovens que dependem em grande parte da existência de espaços sociais adequados, nos quais os mesmos possam desenvolver ações e projetos vivenciando e experienciando a participação, a auto organização e a autonomia. Esse protagonismo é indispensável no processo de socialização e do exercício da cidadania (SANDER, 2014, p. 1).

Nessa lógica, o protagonismo juvenil é entendido a partir de princípios e estratégias que possibilitam o desenvolvimento de habilidades para a transformação de contextos sociopolíticos (SANTOS; GOMES, 2016), podendo igualmente promover modificações nos contextos alimentares.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) mostra-se como um importante campo de conhecimentos e práticas que promovem espaços de participação, construção da autonomia, e ainda, é uma potente ferramenta na promoção da SSAN. Para a temática da sustentabilidade

cabe destacar os seguintes princípios de EAN: “Sustentabilidade social, ambiental e econômica”; “Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade”; “Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas”; “A Promoção do autocuidado e da autonomia”; “A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos” (BRASIL, 2012b).

A EAN é prioridade na agenda das políticas públicas e a população jovem carece de ações específicas que considerem as diversidades e singularidades desta fase da vida. Esses fatores oportunizam o desenvolvimento de ações de EAN na perspectiva da alimentação e suas múltiplas dimensões, incluindo a sustentabilidade, e sua conexão com as dinâmicas sociais e territoriais no meio rural (NETO; PINTO; FELICIANO, 2017).

Tendo em vista seu papel enquanto ator político, o debate sobre as questões relacionadas à alimentação e sustentabilidade, com esses jovens, poderá subsidiar a construção de ações e materiais ajustados aos interesses e peculiaridades desse público e ampliar seu potencial para atuar neste tema, engajando outros jovens.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender as percepções, as práticas e os elementos de engajamento de jovens rurais em relação à alimentação e a sustentabilidade.

3.2 Objetivos Específicos

Reconhecer a dimensão da sustentabilidade a partir da compreensão e das vivências dos jovens rurais sobre alimentação, produção e comercialização de alimentos;

Analisar propostas de engajamento de jovens rurais em relação ao tema da alimentação e sustentabilidade.

4 METODOLOGIA

4.1 Aspectos metodológicos e etapas de pesquisa

Trata-se de um estudo com delineamento transversal e abordagem qualitativa, que é parte integrante do projeto “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional”, comumente conhecido como Movimento Comer Pra Quê?

(CPQ). O referido Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 36202620.1.1001.5148) (Parecer nº 4.383.776) (ANEXO I) e é financiado pelo Ministério da Cidadania.

Foram incluídos neste estudo jovens do meio rural com faixa etária de 18 a 29 anos, de diferentes regiões do país, que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A).

A abordagem qualitativa permitiu estudar as relações, crenças, percepções, interpretações dos diversos atores envolvidos na pesquisa, e as diferentes perspectivas que os sujeitos têm sobre si, sobre sua realidade e sobre a forma como vivem e sentem (MINAYO, 2008).

Todas as atividades com os jovens ocorreram no meio digital, com o intuito de preservar os objetivos do projeto em momento de pandemia pela Covid-19. Pelo fato da história natural desta doença ainda estar em construção no momento da coleta de dados, não havia previsão oficial de liberação para realização de atividades presenciais (OMS, 2020). Os encontros virtuais ocorreram em plataformas reconhecidas, as atividades foram gravadas, e a imagem e fala dos participantes foram utilizadas com sua autorização prévia, de acordo com a Resolução CNS n. 510/2016 (BRASIL, 2016).

A pesquisa compreendeu algumas etapas conforme explicitado abaixo:

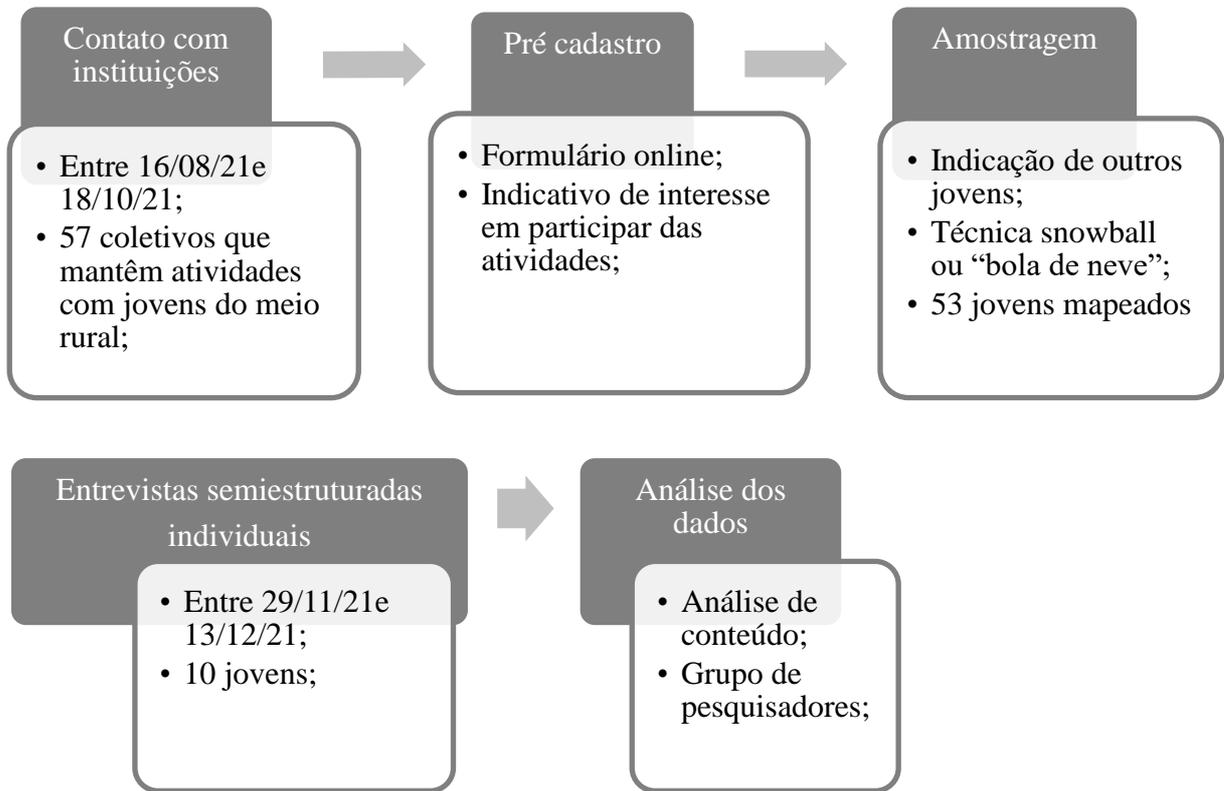


Figura 1 – Fluxograma de sistematização das etapas da pesquisa

4.1.1 Detalhamento das etapas de pesquisa

Entre o intervalo de 16 de agosto e 18 de outubro de 2021, foi realizado contato com instituições e coletivos que mantêm atividades com jovens do campo, adotando os seguintes critérios: i - ter jovens do meio rural envolvidos em suas atividades; ii - ser um coletivo nacional; iii - coletivos de diferentes regiões do Brasil. Foram mapeados coletivos conhecidos nacionalmente, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Associação Nacional de Agroecologia (ANA), dentre outros que foram encontrados por meio de uma busca por descritores como: “juventudes”; “coletivos juventudes”; “instituições juventudes”; “juvenil”. Os descritores foram acrescidos de “Brasil” para busca no âmbito nacional, ou do nome do estado ou região para busca de coletivos regionais ou locais.

Foram convidadas 57 instituições e coletivos, o primeiro contato apresentava, de forma resumida, a proposta da pesquisa e divulgava o formulário *online* (APÊNDICE B), que foi desenvolvido com o objetivo de gerar um banco de dados com jovens interessados em participar da entrevista e fazer uma triagem de respondentes que atendessem aos critérios de inclusão do estudo. Por meio do contato com as instituições e coletivos, o formulário foi compartilhado com jovens de diferentes vinculações, via redes sociais e atividades internas.

Os jovens respondentes do pré-cadastro foram contatados para receber informações sobre as etapas seguintes da pesquisa e, ainda, receberam solicitação de indicação de outros jovens com o mesmo perfil.

Cinquenta e três jovens foram mapeados, por meio da técnica de amostragem utilizada, definida como *snowball* ou “bola de neve” que é importante na pesquisa com grupos difíceis de serem acessados (ALBUQUERQUE, 2009; VINUTO, 2014), como foi o caso dos jovens rurais no contexto de interação unicamente no meio digital. De acordo com Vinuto (2014, p. 203):

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. [...] assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer [...]

A indicação de aceite de participação na pesquisa via TCLE, a disponibilidade para os encontros e a coleta dos dados socioeconômicos foram mediados por ferramentas digitais (APÊNDICE C).

Nas entrevistas semiestruturadas as informações foram coletadas em um diálogo com os jovens de forma individual, em ambiente *online*, com duração média de cinquenta minutos. A conversa foi norteada por um roteiro de investigação relacionado aos objetivos da pesquisa (APÊNDICE D). Os dados coletados nas entrevistas refletem a realidade do sujeito e a forma como ele se insere em seu grupo social, por meio de normas, valores, símbolos e condições estruturais que se revelam (MINAYO, 2008). As gravações audiovisuais das entrevistas foram transcritas e armazenadas em local seguro.

4.2 Análise de dados

Para análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo, definido por Bardin (2011) como o conjunto de técnicas que permite a construção de sentidos e significados, por meio da organização dos elementos que compõem as reflexões geradas, em unidades temáticas. Com o propósito de compreender as reflexões e considerações dos participantes, a análise foi realizada seguindo os passos:

1. Fase de pré-análise do material: realização de uma leitura ampla, compreensiva e em profundidade da mensagem produzida verbalmente, de forma a se obter subsídios para as

demais etapas de exploração. Nesta fase também foi realizada a formulação de hipóteses de pesquisa, transcrição e organização dos dados coletados.

2. Seleção de unidades de significado: foram selecionadas unidades de significados e sentidos relativos ao tema. O processo de seleção das unidades de contexto, mais representativas, contou com a participação de um grupo de cinco pesquisadoras.

3. Processo de categorização: distribuição de trechos, frases ou fragmentos, em núcleos de sentido (aglutinação de ideias semelhantes) que compuseram as categorias. Tal atividade foi realizada a partir da confluência de ideias do grupo de análise do *corpus*.

4. Análise final: interpretação dos dados a partir da articulação entre as categorias e os referenciais teóricos.

5 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados no formato do manuscrito intitulado “Sustentabilidade multidimensional e alimentação: percepções e práticas de jovens rurais”, que será submetido à Revista Cadernos de Saúde Pública – CSP, Fiocruz (Qualis B1 em Nutrição).

5.1 Manuscrito

Sustentabilidade multidimensional e alimentação: percepções e práticas de jovens rurais

Resumo

A reconfiguração de sistemas alimentares com enfoque na sustentabilidade multidimensional é fundamental para garantia da alimentação adequada para as populações e para a saúde do planeta, sendo os jovens rurais atores estratégicos para essas mudanças. O presente trabalho teve como objetivo compreender as percepções, as práticas e os elementos de mobilização de jovens rurais em relação à alimentação e à sustentabilidade. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa parte integrante do projeto “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com jovens do meio rural, analisadas por meio da Análise de Conteúdo. A partir do *corpus* emergiram quatro categorias: I - Produção e comercialização de alimentos: entre necessidade e amor; II - Relação saudável com a terra e todas as formas de vida; III - Coletividade, justiça e solidariedade; e IV - Alimentação e sustentabilidade: propostas de mobilização. Os jovens entrevistados demonstraram preocupação com todas as etapas do sistema alimentar, e suas percepções e práticas foram pautadas pela sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural. Pontos comuns, adicionais e significativos inspiraram um ensaio para um novo conceito, a *alimentação sustentável*; e também poderão contribuir para a mobilização e o aprofundamento sobre a temática.

Palavras chave

População Rural; Adulto Jovem; Sistema Alimentar Sustentável

INTRODUÇÃO

Desafios atuais da humanidade apresentam causas comuns sistêmicas, exigindo estratégias de enfrentamento e mudanças estruturais, que perpassam pela reformulação dos sistemas alimentares (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019).

Os modelos de intensa produção do agronegócio avançam enquanto revelam as lacunas em relação à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das nações e seus impactos negativos para a qualidade de vida das populações, o meio ambiente e a saúde do planeta. O modelo agroalimentar hegemônico é determinante para a emissão dos gases de efeito estufa, mudanças climáticas globais, desmatamento, destruição da biodiversidade e uso irresponsável de água potável; também está fortemente associado à elevada prevalência de obesidade, desnutrição e Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN).

Neste contexto, reconfigurar sistemas alimentares é urgente para que possam garantir alimentação a todos e ao mesmo tempo contribuir para a saúde do planeta (CULLIFORD; BRADBURY, 2020; FRESÁN; SABATÉ, 2019; JARMUL *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019), sendo a sustentabilidade considerada fundamental em suas dimensões ambiental, social, cultural e econômica (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006b; CUBA, 2001; PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011).

Vários países têm buscado traçar caminhos para alcançar uma alimentação saudável e sustentável, inclusive, o Brasil (BLACKSTONE; CONRAD, 2020; DYNGELAND *et al.*, 2020; LASSEN *et al.*, 2020). Nesse campo, são encontrados diferentes conceitos, que relacionam alimentação e sustentabilidade, denominadas *dietas sustentáveis* (ALSAFFAR, 2015; CARVALHO; VILLAR, 2021; FAO, 2012; HIRVONEN *et al.*, 2020; KNUPPEL *et al.*, 2019; LAWRENCE *et al.*, 2015; MARCHIONI; MEYBECK; GITZ, 2017; WILLETT *et al.*, 2019). A diferenciação conceitual chama a atenção para um plano de disputa tanto no campo político como no acadêmico, revelando a ausência de consolidação.

Os debates acerca da sustentabilidade contam com contribuições das juventudes, que têm se inserido em espaços políticos relacionados a essa pauta (FERNANDEZ *et al.*, 2014). Cabe ressaltar o papel dos jovens que vivem no meio rural, que compartilham das lutas pelo direito à terra, à água, à SSAN, e são parte determinante na transição agroecológica e no fortalecimento da agricultura familiar (CASTRO, 2017), mostrando-se atores fundamentais na agenda da sustentabilidade. A alimentação também é um tema presente nos diálogos entre os jovens rurais em espaços políticos, e por vezes, está relacionado à dimensão da sustentabilidade (BRASIL, 2008; 2011; 2012a; 2015b; 2018).

Em vista disso cabe questionar: será que as juventudes do campo, que produzem e comercializam alimentos, poderiam agregar elementos para a tessitura do conceito de *alimentação sustentável* pautado em suas percepções e práticas? Quais dimensões poderiam emergir dos processos de escuta? Quais elementos podem engajar outros jovens do meio rural na temática?

Acredita-se na potencialidade desta pesquisa ao promover espaços que aprofundem as discussões sobre alimentação e sustentabilidade, a partir das reflexões dos atores sociais e políticos dos sistemas alimentares, neste caso os jovens rurais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender as percepções, as práticas e os elementos de mobilização de jovens rurais em relação à alimentação e a sustentabilidade.

METODOLOGIA

Estudo com abordagem qualitativa parte integrante do projeto “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional”, comumente conhecido como Movimento Comer Pra Quê? (CPQ). O referido Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 36202620.1.1001.5148) e é financiado pelo Ministério da Cidadania.

Participaram da pesquisa jovens que vivem no meio rural com faixa etária de 18 a 29 anos, de diferentes regiões do país, que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). Foram excluídas da pesquisa pessoas que não estivessem envolvidas com produção e/ou comercialização de alimentos.

Entre o intervalo de 16 de agosto e 18 de outubro de 2021, foi realizado contato com 57 instituições e coletivos que mantêm atividades com jovens do meio rural. Nesta fase, a coleta de dados ocorreu por meio do formulário *online*, os jovens respondentes do pré-cadastro foram contatados para receber informações sobre as etapas de pesquisa e solicitou-se indicação de outros jovens. A técnica de amostragem utilizada, definida como snowball ou “bola de neve” possibilitou o mapeamento de 53 jovens, e é importante na pesquisa com grupos difíceis de serem acessados (ALBUQUERQUE, 2009; VINUTO, 2014), como foi o caso dos jovens rurais no contexto de interação unicamente no meio digital.

No período de 29 de novembro a 13 de dezembro de 2021 foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com dez jovens que se propuseram a participar da pesquisa, em ambiente *online*. As entrevistas tiveram duração média de cinquenta minutos, sendo possível investigar a realidade dos sujeitos e a forma como se inserem em seu grupo social (MINAYO,

2008). Os itens analisados foram relativos aos seguintes temas: produção e comercialização de alimentos; alimentação adequada; sustentabilidade; juventudes rurais; propostas de mobilização sobre o tema da alimentação e sustentabilidade. O repertório temático foi repetido com cada participante até o alcance da saturação.

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conjunto de técnicas de análise que permite a construção de sentidos e significados, por meio da organização dos elementos que compõem as reflexões geradas, em unidades temáticas (BARDIN, 2011). Com o propósito de compreender as reflexões e considerações dos participantes, a análise foi realizada seguindo os passos: i) Pré-análise: formulação de hipóteses de pesquisa, transcrição e organização dos dados coletados; ii) Exploração dos dados: codificação dos dados e distribuição em unidades temáticas; iii) Análise final: interpretação dos dados a partir da articulação entre as categorias e os referenciais teóricos (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados dez jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos, sendo a maior parte (n=7) com idade entre 21 e 25 anos. As jovens, em sua maioria mulheres (n=9) e não brancas (n=7) residiam na zona rural das diferentes regiões do país: norte (n=1), nordeste (n=2), centro-oeste (n=1), sudeste (n=5) e sul (n=1), conforme detalhado no Quadro 1.

Os participantes estavam envolvidos com a produção (n=7) ou com a produção e comercialização de alimentos (n=3), e grande parte não participavam de instituições ou coletivos (n=6) que mantêm atividades com jovens do meio rural.

Compreende-se que a técnica de amostragem foi eficaz, pois, apesar de ter sido iniciada com jovens participantes de coletivos, a maioria não estava vinculada aos mesmos. As mulheres demonstraram maior interesse em participar da pesquisa, este resultado pode se relacionar com a obstinação feminina frente à masculinização do campo, um dos fatores que estimula o êxodo rural de mulheres jovens a partir dos 20 anos, em função dos estereótipos e papéis de gênero atribuídos ao trabalho do campo (OLIVEIRA; FELICIANO; LIMA, 2017).

A partir da estruturação do material da pesquisa e da análise do *corpus* emergiram quatro categorias: I - Produção e comercialização de alimentos: entre necessidade e amor; II - Relação saudável com a terra e todas as formas de vida; III - Coletividade, justiça e solidariedade; e IV - Alimentação e sustentabilidade: propostas de mobilização; descritas e discutidas

Quadro 1- Perfil social dos participantes. Brasil, 2022.

Jovens entrevistados	Faixa etária	Gênero	Cor/Raça	Região do país em que reside	Atividade que desempenha relacionada à produção/comercialização de alimentos	Participa de alguma instituição ou coletivo relacionado à produção/comercialização de alimentos
J1	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Branca	Sul	Produção e comercialização	Não
J2	Entre 18 e 20 anos	Feminino	Branca	Sudeste	Produção de alimentos	Coletivo Feira Agroecológica de Lumiar
J3	Entre 26 e 29 anos	Feminino	Preta	Nordeste	Produção de alimentos	Não
J4	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Amarela	Sudeste	Produção de alimentos	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
J5	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Parda	Sudeste	Produção de alimentos	Não
J6	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Parda	Sudeste	Produção de alimentos	Não
J7	Entre 26 e 29 anos	Feminino	Preta	Sudeste	Produção e comercialização	Não
J8	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Parda	Norte	Produção e comercialização	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
J9	Entre 21 e 25 anos	Masculino	Parda	Nordeste	Produção e comercialização	Não
J10	Entre 21 e 25 anos	Feminino	Branca	Centro-oeste	Produção	Projeto Agricultura na Cidade

Produção e comercialização de alimentos: entre necessidade e amor

Para os jovens, “*a principal vantagem [de plantar], eu diria assim, é o consumo sustentável principalmente, e também uma forma de você ajudar na renda, né? É uma forma de auxiliar nos gastos e tal*” (J9). A maior motivação dos entrevistados em produzir alimentos foi a necessidade, a própria subsistência: “[plantamos] *Primeiro pela necessidade mesmo, de a gente produzir nosso alimento, os preços estão altíssimos, né?*” (J4). Plantar seu alimento, tendo em vista os preços no mercado, se mostrou urgente. Produzir em variedade também possibilitou autonomia alimentar aos jovens, mesmo que parcial, dado que eles se tornam cada vez mais independentes do supermercado: “*A gente vai para a roça, a gente planta mandioca, tem cacau, banana, essas coisas. É para cultivo próprio. É bom para o nosso consumo, porque as coisas estão um pouco caras, né? E tem que fazer alguma coisa [...] para a gente poder consumir essas coisas, não comprar, então tem que plantar mesmo*” (J5).

O acesso aos recursos naturais e a prática da agricultura, principalmente a de pequena escala, são de extrema importância para a população rural, pois contribui para o acesso aos alimentos. Tendo em vista que essa população é mais acometida pela IAN, a produção para o autoconsumo, geralmente caracterizada pela diversificação, é fundamental para a garantia da SAN das famílias no meio rural (DORIGON *et al*, 2020; FAO, 2020; IBGE, 2020; REDE PENSSAN, 2022).

Para os entrevistados que se envolviam também com a comercialização de alimentos, essa se mostrou como uma importante fonte de renda, mas que, apesar de contribuir com os gastos, foi por vezes incerta e insuficiente: “[...] *hoje em dia a gente produz... e aí produz porque camponês é teimoso e planta mesmo, toda vez vai plantar e corre o risco de perder, mas planta, né? Mas não sabe quando que vai vender e como que vai vender, né? E o ideal seria a gente ter a condição de plantar sem ter prejuízo*” (J8). Na agricultura familiar e camponesa é comum o revezamento entre consumo e comercialização do que se planta de acordo com diferentes aspectos, sendo um deles a disponibilidade de mercados viáveis e os preços que são pagos por eles. Dessa maneira, os agricultores fazem diferentes escolhas, a depender do momento, buscando estabilidade econômica (BORSATTO *et al*, 2020). Além disso, a diversificação na produção, e conseqüentemente nas atividades, é um elemento necessário para que a sustentabilidade econômica se desenvolva e esteve presente nas práticas dos entrevistados (STOFFEL; COLOGNESE, 2015).

Em um modelo de produção e comercialização ideal para os jovens, na perspectiva da sustentabilidade, não haveria prejuízos financeiros e o consumidor seria consciente dos desafios enfrentados pelos produtores, de forma a se aproximar cada vez mais deles,

contribuindo para a facilitação do processo e emancipação do produtor: “[O modelo de produção e comercialização] *ideal com certeza [...] é um grupo de consumidores conscientemente responsáveis, por comprar uma cesta de alimento que eu decida o que vai entrar [...] Melhor ainda seria se essas pessoas aparecessem na minha propriedade para pegar as coisas*” (J1).

Este formato idealizado pelos participantes é contemplado por elementos das chamadas redes agroalimentares “alternativas” ou cidadãs, que segundo Rover e Darolt (2021, p.21) englobam, dentre outras características, “*cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, encurtando as cadeias com um número reduzido (ou inexistente) de intermediários e uma limitada distância geográfica entre ambos*” e podem ser consideradas inovações sociais que apontam caminhos para superação dos desafios impostos pelo sistema agroalimentar vigente. Cabe destacar também que a aproximação entre produtor e consumidor é um eixo da SAN, necessário para realização plena do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006).

No mais, apesar dos desafios vivenciados, demonstrou-se amor pela produção de alimentos expressado através da valorização e respeito aos saberes ancestrais e populares sobre a agricultura, que se comunicou por meio de uma simples conversa com os vizinhos, pais ou avós, e que foram, inclusive, considerados mais importantes que as referências oriundas da universidade: “*Quando eu chego na faculdade para fazer Ciências Agrícolas, que foi o primeiro curso que eu iniciei, eu falo: caraca, essa galera não sabe nada, meu pai sabe mais que essa galera, minha avó sabia muito mais que o pessoal todo aqui [...] Eu já tenho as minhas referências, eu não quero isso [...] não, não, as minhas referências são muito maneiras, de onde eu vim é muito legal*” (J7). Essa troca impulsionou os jovens a seguirem produzindo alimentos, na lógica da Soberania Alimentar, de modo que, reproduzindo esses saberes, seguem preservando estratégias de produção, distribuição, consumo e práticas alimentares tradicionais (CUBA, 2001): “*Tem uns senhorzinhos que moram aqui em volta também, que super ajudam a gente, dão dicas e tal, então a gente descobriu várias plantas novas para fazer chá, para tempero. E essas plantas novas que a gente descobriu eram coisas que já estavam aqui, não foi nem coisa que a gente trouxe, sabe? Às vezes é planta que nasce espontânea. Então eu acho que ver, tipo assim, todas essas plantas, esses potenciais, assim, aqui no quintal e eu nem percebia, eu acho que isso foi o mais legal. E a troca com as outras pessoas aqui do bairro também, que aí eles nos ensinam, falam: essa mandioca é tal coisa, e aí você vai aprendendo várias coisas sobre mandioca, você fala: o que é isso? Eu só fui pedir*

um negócio ali para o vizinho, e aí você volta com uma aula de mandioca. Eu acho que é isso, assim, essa troca” (J6).

Na contramão do modelo dominante, por meio da valorização dos saberes e fazeres tradicionais e populares é possível um resgate cultural e histórico nos territórios que se configuram em espaços de resistência, ao se reproduzir com respeito aos bens naturais e socioculturais. Dessa maneira, manter e reproduzir o patrimônio cultural são peças substanciais para a sustentabilidade na agricultura não “convencional” (NIETO-GOMEZ; GIRALDO-DIAZ, 2016).

Relação saudável com a terra e todas as formas de vida

Considerou-se que a alimentação para ser sustentável deve ser oriunda de um sistema alimentar que preserve e promova, não só a saúde humana, mas também da terra e de todas as outras formas de vida presentes no planeta. Consequentemente, isto envolve uma produção “*com sementes crioulas, com respeito, em comunhão com a terra, com o solo, com o ar, com a água, com o clima, com a fauna e com a flora local [...]*” (J2) e sem uso de “veneno”, como comumente se referem aos agrotóxicos. Para os participantes, não há necessariamente um único modelo de produção e comercialização que se desenvolva dessa maneira, considerada ideal, no entanto, desaprovam o agronegócio e a prática do monocultivo: “[...] *eu tenho para mim que a sustentabilidade é o que é a agroecologia, mas acho que existem vários nomes e a gente não precisa se ater a um nome específico. Mas é isso, terra sadia, planta sadia, pessoa sadia. Então se esse alimento é produzido com veneno, se esse alimento é produzido num sistema de monocultivo, [...] se ele não tem todos os nutrientes ali depositados, ele não vai ser um alimento tão rico como a gente poderia ter. E eu acho que é isso, se ele gera resíduos também, uma coisa a se ver, pode ser um alimento super orgânico, maravilhoso, sei lá o que, mas se ele é embalado em plástico e depois não vai ter o que fazer*” (J1).

De fato, o sistema baseado no agronegócio gera externalidades negativas para o meio ambiente e para a saúde (CUNHA; SOARES, 2020; PEREIRA; MACHADO; ANGELIS-PEREIRA, 2022). São reconhecidos seus impactos ambientais a nível global, como a emissão de gases de efeito estufa, a devastação da biodiversidade, o desmatamento e o desperdício de água potável. Além disso, é sabido que toda a população mundial está exposta aos agrotóxicos, seja de forma aguda, no trabalho agrícola ou pela contaminação ambiental, da água, do ar e dos alimentos, o que pode estar associado à distúrbios em sistemas fisiológicos e ao aumento de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (HOWELL, 2015; KIM; KABIR; JAHAN, 2017; PIGNATI *et al*, 2017).

Por outro lado, sistemas baseados na agricultura orgânica, assim como as demais sob a denominação de biológica, ecológica, biodinâmica, agroecológica e natural, são comprometidos com o não uso de agrotóxicos, e se apresentam mais ecológicos, rentáveis e com mais benefícios sociais em relação ao sistema hegemônico, sendo assim mais sustentáveis em diferentes dimensões: *“Não é nada que venha a causar dano ao solo [...] Não são alimentos que se utiliza agrotóxico [...] não tem a utilização de produtos que venham causar danos nem ao solo, nem à terra aqui, nem a gente que produz, nem à própria pessoa que vai consumir, porque a gente não usa nenhum tipo de agrotóxico”* (J3). Os alimentos produzidos nesses sistemas contribuem para a saúde humana e diminuem o risco de DCNT, pois apresentam maior quantidade de compostos bioativos e menor, ou nenhuma, quantidade de produtos tóxicos (HURTADO-BARROSO *et al*, 2019; REGANOLD; WACHTER, 2016).

Nessa perspectiva, a partir do “[...] contato tanto com o agronegócio, quanto com a produção agroecológica, quanto com a produção agroflorestal, [...] a produção [considerada] ideal mesmo é quando a gente consegue respeitar todos os modelos de vida, quando a gente consegue produzir alimento para nós, seres humanos, sem agredir esse planeta, porque eu acredito que somos um só, não existe essa individualidade de ser humano quando o assunto é a terra” (J2).

Para além da produção de alimentos de forma sustentável, a geração de lixo, especialmente por meio de embalagens, foi relevante para os entrevistados, que buscavam utilizar ou mesmo desenvolver embalagens respeitosas ao meio ambiente: *“Eu tenho tido bastante preocupação em relação a isso. Um desafio foi pensar nas embalagens, né? Embalagem é sempre um desafio. [...] Aí eu comecei a fazer as embalagens de fibra de banana, né? Então tem dado muito certo, assim, eu estou conseguindo embalar praticamente todos os produtos com fibra de banana [...] quando a bananeira é cortada para tirar a banana, que normalmente eles cortam a bananeira inteira, aí eu reaproveito a fibra externa, boto para secar, faço o processo de secagem natural mesmo, boto num varal e sol, ou varal e sombra, e aí eu consigo embalar os produtos todos, então eu consegui diminuir custo, consegui não usar plástico nenhum”* (J7).

O descarte excessivo, o desperdício e o acúmulo de lixo resultantes do modelo hegemônico de produção e consumo, distanciam a sociedade da sustentabilidade (KAZA *et al*, 2018). Embalagens descartáveis usadas principalmente em bebidas, carnes, frutas e legumes acarretam em bilhões de toneladas de lixo e sérios danos ao meio ambiente (DEY *et al*, 2021). Em circuitos de comercialização baseados na agroecologia e em outras redes agroalimentares chamadas “alternativas”, prioriza-se a redução do uso de embalagens

plásticas, a venda de alimentos a granel e o uso de embalagens ecológicas ou retornáveis (ROVER; DAROLT, 2021).

As perspectivas trazidas pelos jovens abordam a sustentabilidade ambiental no sentido de conservar o meio ambiente, a biodiversidade e suprimir a poluição (SILVA *et al*, 2013) e, ainda, dialogam com alguns eixos de desdobramento práticos da SAN, sendo: i) Produção sustentável de alimentos; ii) Preservação dos recursos naturais; e iii) Respeito à sociobiodiversidade (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006).

Coletividade, justiça e solidariedade

Desenvolver as atividades relacionadas à produção e comercialização de alimentos a partir de uma rede de pessoas foi considerado o ideal pelos jovens e os motiva a seguir com as práticas, vislumbrando a possibilidade de agregar mais sujeitos à essa coletividade: *“E nessa parte das ações serem bem mais práticas, assim, né? Das ações entre vizinhos, dessa criação de redes, da criação da rede ecológica, de viver isso na prática [...] E poder estar abrindo um caminho... assim, para mim está sendo difícil, mas talvez para quem venha depois não seja tão difícil assim, sabe? Sejam amigos que venham integrar essa coletividade, sejam os próprios filhos [...] Logo desejo que a gente consiga se manter tão bem que a gente consiga chamar outras pessoas”* (J1).

Os resultados vão de encontro com fundamentos da sustentabilidade social, tendo em vista que se considerou o direito de todos os cidadãos a usufruir dos bens para que tenham uma vida digna, nesse caso “[O modelo de produção ideal é] *uma produção coletiva, agroecológica, sem exploração [...] partindo do princípio de que a terra é de todos e a gente pode sim produzir pensando nessa questão da alimentação e não do lucro, né? No agronegócio a gente vê muito as pessoas trabalhando muito e com uma qualidade de vida péssima, enfim*” (J4) (LOURENÇO; CARVALHO, 2013; SACHS, 2000). Cabe ressaltar que a organização coletiva catalisa práticas agrícolas ecológicas, e ainda favorece a superação dos desafios para acessar os mercados. Ou seja, a coletividade mobiliza na direção ao aprofundamento da sustentabilidade econômica, social e ambiental (COSTABEBER, 1998; RAMOS; VIEIRA FILHO, 2021; SAMPAIO; LUNA, 2021).

O trabalho justo foi considerado um ponto central para que um sistema de produção e comercialização de alimentos seja sustentável. A não exploração do produtor em um sistema de trabalho que se desenvolve *“sem patrão”* (J1) em detrimento de um modelo em que a carga de trabalho exaustiva afeta a qualidade de vida do trabalhador, emerge como contraponto entre um sistema que objetiva produzir comida para todos e outro que visa lucrar: *“[...] ela é*

totalmente feita por nós, então feita por trabalhadores felizes, ela não explora ninguém a não ser a minha própria mão de obra, e do meu marido, e a gente gosta do que a gente faz” (J1).

De fato, estabelecimentos rurais que produzem na lógica do agronegócio não se dedicam a produção de alimentos para a população e mantêm um padrão histórico de subordinação na relação empregador e empregado, que tem caminhado na supressão de direitos do trabalhador com o avanço neoliberal (ARAÚJO, 2017; COSTA DE OLIVEIRA, 2022). Por outro lado, a agricultura familiar, camponesa e tantos outros trabalhadores do campo, resistem na trajetória do seu processo autônomo de geração de excedentes e renda (ALENTEJANO, 2012). A lógica de trabalho priorizada pelos jovens se comunica com dimensões socioculturais, fundamentais para a sustentabilidade de um sistema, quais sejam a geração de trabalho, distribuição igualitária de renda e qualidade de vida (LOURENÇO; CARVALHO, 2013; SACHS, 2000; STOFFEL; COLOGNESE, 2015).

De forma mais aprofundada, a sustentabilidade de um sistema na ótica da solidariedade compreendeu elementos relativos à: i) proximidade ao consumidor; ii) alimentos acessíveis, especialmente aos indivíduos socioeconomicamente vulneráveis, e não um nicho de mercado; iii) não envolvimento de atravessadores e; iv) ações coletivas de doação de alimentos. Reconhece-se que “[...] *para vender para o mercado, para o mercado vender, a gente que tem o produto agroecológico, orgânico, o mercado vende e não chega para a população que precisa, né? Só quem tem condição que consegue alcançar um alimento de qualidade hoje nos grandes mercados, né? Então a gente tem essa política do produtor direto com o consumidor, sem terceirização, sem terceiros. E aí a gente vende assim. Aí agora, no período da pandemia, a gente tem tido projetos tanto do MPA, quanto do MST, para fornecer cestas para as pessoas com necessidade, né? [...] às vezes a gente faz doação mesmo” (J8).* A solidariedade foi um compromisso presente nas entrevistas e se manifestou em dois princípios éticos considerados essenciais para a dimensão social da sustentabilidade: a *solidariedade sincrônica*, com a geração atual, refletida em atos de doação de alimentos e a *solidariedade diacrônica*, que se traduziu no desejo de integrar a geração futura em uma coletividade, a fim de facilitar o seu trabalho (SACHS, 1986; 2000).

Alimentação e sustentabilidade: propostas de mobilização

Nas propostas mobilizadoras dos jovens rurais, no âmbito da alimentação e sustentabilidade, os entrevistados apontam para atividades presenciais e virtuais: “*acho que precisa de ações presenciais no interior, de divulgação de informação [...] a presença é bem importante [...] não sei se a população daqui se interessaria por uma semana de debates,*

assim, mas talvez se interessaria, daqui a pouco a gente chama, enfim, chama uma feira, que é uma feira da biodiversidade, que também tem música [...] fazer eventos que sejam focados nisso, mas que eles não sejam chatos, sabe? Que seja uma coisa bem legal, que tenha movimento, som, coisas divertidas acontecendo, feira, comida, sabe? Uma festa, assim, quase, para chamar gente. Eu aposto nisso” (J1); “Hoje pelo meio virtual é muito mais fácil de a gente conseguir atrair esses jovens. Até porque eu vejo isso aqui: com essa questão desse mundo virtual que a gente está vivendo [...] os jovens, eles já têm uma certa facilidade, então a gente precisa encontrar o meio adequado de como atrair” (J3). Independente da modalidade, essas atividades devem ser dinâmicas, pautadas na realidade concreta - “procurando o interesse que as pessoas têm” (J10) - e no diálogo, considerando ainda, a inclusão de atividades artísticas e culturais: “[...] a juventude gosta de coisa dinâmica, que chame atenção [...] eu acho que é isso, é trazer as informações de forma dinâmica, né? A gente que trabalha com a juventude, a gente sabe que a juventude não vai sentar e ficar escutando três horas de palestra” (J8); “Eu acho que dessa forma mesmo, assim, como conversas, procurando o interesse que as pessoas têm e ir correlacionando as coisas [...] em formato de conversa, aberta, que a gente consiga entender, conversar com todo mundo, trocar as experiências” (J10).

As sugestões vão de encontro com bases elementares da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e da Educação Popular. Ações baseadas no diálogo e contextualizadas à realidade dos sujeitos exigem relações horizontais e contribuem para o desenvolvimento do senso crítico e de estratégias para lidar com diferentes situações cotidianas, tecendo um paralelo entre reflexão e ação. Atividades dinâmicas pressupõem o envolvimento dos sujeitos e a aprendizagem criativa, de modo que, participando ativamente dos processos aumentam sua capacidade de transformação da realidade (BRASIL, 2012; BRASIL, 2014).

De forma convergente, a arte pode ser uma ferramenta promotora do diálogo horizontal, indicada como facilitadora e incentivadora de reflexões, com capacidade de produzir e difundir conhecimentos, já que facilita a compreensão e provoca debates (LAPUM *et al*, 2015; SILVA *et al*, 2021).

A temática mais emergente diz respeito à valorização da vida no campo, tendo em vista maior aproximação com o alimento: “[...] quando a gente vê o contexto, principalmente pós-pandemia, eu acho que é muito melhor ficar no campo produzindo a própria comida do que ficar nessas grandes cidades, num sistema de caos mesmo, né? Que a gente vê quanta gente está passando fome na pandemia, não consegue ter acesso ao alimento. Então o campo traz essa proximidade do alimento, né? Então é algo de grande valor. Então conseguir

apresentar isso para esses jovens que são herdeiros desse modelo de produção, acho que seria muito importante para perpetuar essa prática” (J2). É possível identificar uma dicotomia entre o jovem urbano e rural, onde existe uma valorização cultural, social e de trabalho dos meios de vida urbano em relação ao rural. No entanto, os jovens rurais elencam diversas vantagens em viver neste meio, comparados à vida urbana, dentre eles, a alimentação diversificada e as relações de troca entre as pessoas. Foi enfatizada pelos jovens a necessidade de valorizar o campo como um lugar favorável a se viver (BREITENBACH; CORAZZA, 2019; TROIAN; BREITENBACH, 2018a; 2018b).

Os desafios encontrados na prática da produção e comercialização de alimentos também foi pauta importante para os jovens, no sentido de promoção da sua emancipação financeira (CASTRO, 2005; FOLLMAN; ROOS, 2020; STROPASOLAS *et al.*, 2002): *“Eu entendo que a produção e a comercialização, tanto porque a juventude do campo tem uma dificuldade na produção de renda para ela, assim, que é uma coisa mais familiar e tal. E eu acho que entender o processo da produção e da comercialização dos alimentos seria uma coisa muito importante e necessária para a juventude”* (J8). Essa independência tende a romper com conflitos familiares gerados no meio rural pela subordinação de jovens à estrutura patriarcal imposta, que os desmotiva a permanecer no campo produzindo alimento. Quando há esse rompimento e o jovem passa a ocupar lugar de destaque na produção, como encontrado no estudo de Silva (2012) ocorre a substituição da agricultura “convencional” pela orgânica, cultivo com maior diversidade de produtos, aproximação de consumidores e a diversificação de atividades na propriedade para além das práticas agrícolas.

As propostas de mobilização estão em consonância com princípios e bases epistemológicas da Educação Alimentar e Nutricional e da Educação Popular, tais como dialogicidade, conscientização, processos ativos e contextualizados à realidade concreta dos indivíduos e a transformação da realidade, de forma que poderão contribuir para sua autonomia e de outros jovens rurais no campo temático proposto (BRASIL, 2012; BRASIL, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens entrevistados demonstraram preocupação com as etapas de todo o sistema alimentar, desde a relação com a terra e o uso de sementes crioulas; com uma produção sem veneno e que não explore o trabalhador; com a comercialização e o escoamento dos alimentos baseados em circuitos curtos e um consumidor consciente; até a não produção de lixo, com a utilização de embalagens biodegradáveis. Suas percepções e práticas nos sistemas alimentares foram pautadas pela sustentabilidade numa perspectiva multidimensional, quais sejam: ambiental, econômico, social e cultural. Movimentando-se na direção contra hegemônica, as ações dos jovens foram baseadas na coletividade, na solidariedade e na justiça, atribuindo críticas ao sistema agroalimentar vigente, o qual, alinhado ao capitalismo, se baseia na competição e no lucro.

Foram identificados aspectos em comum entre os resultados encontrados e os conceitos já existentes de *dietas sustentáveis*, a saber: baixo impacto ambiental; garantia da SAN; preocupação com as gerações futuras; respeito à biodiversidade; acessibilidade financeira; justiça; saúde; sustentabilidade ambiental e social; sistemas alimentares sustentáveis e diversidade de alimentos.

Extrapolando esses conceitos, os jovens trouxeram pontos significativos os quais podem contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a *alimentação sustentável*: acesso físico aos alimentos; sustentabilidade econômica com vistas à emancipação dos produtores rurais; consumidor consciente quanto à valorização dos produtos e à sazonalidade da alimentação; produtor consciente quanto aos impactos ambientais e socioculturais em suas práticas; valorização de saberes populares; preocupação com embalagens; produção em coletividade; amor em produzir alimentos.

Apresenta-se então um ensaio, construído pelas autoras, para o conceito de *alimentação sustentável* e princípios norteadores, que poderão contribuir para o aprofundamento de discussões sobre a alimentação na perspectiva da sustentabilidade:

A *alimentação sustentável* é composta por uma diversidade de alimentos, em quantidade e qualidade suficientes, que são acessíveis física e economicamente; é derivada de um sistema alimentar que gera baixo impacto ambiental, em todas as suas etapas, e promove o uso responsável dos recursos naturais e humanos, a aproximação e conscientização do produtor e consumidor, a autonomia, a saúde das pessoas, o respeito à biodiversidade e à sazonalidade; alicerçada no direito humano à alimentação adequada e saudável e na segurança e soberania alimentar e nutricional, tendo por princípios:

- Emancipação dos sujeitos;
- Justiça econômica e social
- Coletividade e solidariedade;
- Transformação da realidade para garantia da qualidade de vida da geração presente e futura;
- Valorização dos saberes e dos modos de vida no campo;
- Amor pela produção de alimentos.

Destaca-se ainda que alguns temas apareceram com menor frequência nas entrevistas, mas que poderiam dialogar com um conceito de *alimentação sustentável*, a saber: reforma agrária; fome; consumo de alimentos ultraprocessados; consumo de carnes.

Neste movimento de entrelaçamento conceitual questiona-se a ausência de eixos de relação com a Soberania Alimentar, que é fundamental para a sustentabilidade de um sistema alimentar. Por outro lado, a Soberania Alimentar esteve presente transversalmente em muitas das contribuições dos participantes. Tendo em vista os elementos trazidos pelos jovens, que vão de encontro com a relação que os camponeses têm com a terra e a produção de comida há séculos, questiona-se: O “convencional” não deveria ser este sistema agroalimentar? Porque então chamamos de “alternativas” essas redes? Ao não problematizar esses termos, corremos o risco de incorpora-los em nosso discurso e práticas?

Admite-se que o presente estudo pode contribuir para o avanço nas discussões sobre *alimentação sustentável*, sob a lente das juventudes rurais, cujos resultados poderão subsidiar a construção de ações de mobilização sobre a temática com outros jovens, ajustadas aos interesses e peculiaridades desse público.

REFERÊNCIAS

- ABRANDH. LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília. 2013. 263 p.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.
- ALENTEJANO, P. Trabalho no Campo (p.757-761). In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ARAÚJO, I. M. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro. **Trabalho, Educ. Saúde**, v. 15, n. 1, p. 117-129, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00043>>. Acesso em: 03 ago. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 279 p.
- BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **DRd -Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1104-1122, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- BRASIL. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos**. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Articulação Social. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, 2014.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 17(2), 1-34. 2019. doi:10.11600/1692715x.17212. Disponível em: <http://search.proquest.com/openview/911b726e081f4c0316cf9173aaabff26/1?pqorigsite=gsc_holar&cbl=236258>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA DE OLIVEIRA, C. E. Análise epistemológica jurídica correlata ao trabalhador do agronegócio, horas “in itinere”: reforma trabalhista (LEI 13.467/2017). **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, v. 5, n. 02, 2022. Disponível em: <<http://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/306>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

COSTABEBER, J. A. **Ação coletiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de doutorado. Universidad de Córdoba, España. 1998.

CUBA. Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. **Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1324_pt.html>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CUNHA, L. N.; SOARES, W. L. Os incentivos fiscais aos agrotóxicos como política contrária à saúde e ao meio ambiente. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n.10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00225919>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DEY, A. *et al.* Challenges and possible solutions to mitigate the problems of single-use plastics used for packaging food items: a review. *J Food Sci Technol*, v. 58, p. 3251–3269, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13197-020-04885-6>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

DORIGON, C. *et al.* A produção de alimentos para o autoconsumo em famílias de agricultores da região oeste do Estado de Santa Catarina Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 2060-2085, 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14645>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020**. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO. 2020.

FOLLMANN, J. A. A. de; ROOS, D. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu/PR. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6653>> Acesso em: 11 ago. 2020.

HOWELL, G. *et al.* Effect of chronic p,p'-dichlorodiphenyldichloroethylene (DDE) exposure on high fat diet-induced alterations in glucose and lipid metabolism in male C57BL/6H mice. **Toxicology**, v. 328, p. 112 - 122, 2015. doi:10.1016/j.tox.2014.12.017 Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6490679/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

HURTADO-BARROSO, S. *et al.* Organic food and the impact on human health. **Critical reviews in food science and nutrition**, v. 59, n. 4, p. 704-714, 2019. doi:10.1080/10408398.2017.1394815. Disponível em:<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29190113/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

KAZA, S. *et al.* **What a Waste 2.0 : A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050**. Urban Development; Washington, DC: World Bank. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30317>>. Acesso em: 02 ago 2022.

KIM, K.H.; KABIR, E.; JAHAN, S. A. Exposure to pesticides and the associated human health effects. **Sci Total Environ**. v. 575, n. 1, p. 525-535, 2017. doi:

10.1016/j.scitotenv.2016.09.009. Disponível em:

<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27614863/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

LAPUM, J. *et al.* Un-earthing emotions through art: Facilitating reflective practice with poetry and photographic imagery. **Journal of Medical Humanities**, v. 36, n. 2, p. 171-176, 2015. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10912-013-9258-0>>.

Acesso em: 19 ago. 2022.

LOURENÇO, M.L., CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**, Unesco, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5160837>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MINAYO M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11^a edição, São Paulo: Hucitec, 2008. 406 p.

NIETO-GOMEZ, L. E.; GIRALDO-DIAZ, R. Enfoque político-económico de la sustentabilidad de la agricultura campesina. **Criterio Libre Jurídico**, v. 13, n. 2, 2016.

Disponível em: <<https://core.ac.uk/outputs/229928310>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

OLIVEIRA, L. B.; FELICIANO, C. A.; LIMA, R. S. Jovens camponeses em movimento: contradições do processo de reprodução socioterritorial do campesinato nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 137-149. 2017.

Disponível em: <<https://revistasnj.mdh.gov.br/index.php/snj/article/download/32/60/>>.

Acesso em: 09 out. 2022.

PEREIRA, R. C.; MACHADO, P. B.; ANGELIS-PEREIRA, M. C. Contrapontos e inconsistências do discurso da produtividade do agronegócio e suas externalidades sob a ótica do biopoder. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe2, p. 391-406, 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E226>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PIGNATI, W. A. *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

RAMOS, E.B.T.; VIEIRA FILHO, J.E.R. O efeito do cooperativismo “agropecuário” e “de crédito” no desenvolvimento regional da agricultura familiar no Brasil. In: **Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)**, 2021, Brasília, UNB. Disponível em: <<https://doi.org/10.29327/soberebpc2021.342754>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Plants**, n. 15221, p. 1-8, 2016. Disponível em:

<<https://www.nature.com/articles/nplants2015221>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Sempelo, 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, G. M.; LUNA, W. Marca coletiva de cooperativas de agricultores familiares: Ferramenta para o desenvolvimento econômico. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.10, p. 101248-101262, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-440>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SILVA, E. J. Jovens Agricultores: Entre a reprodução e a resignificação da vida no campo. *In: V Simpósio sobre Juventude Brasileira*, v. 1, Recife/PE. 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, R. T. O. *et al.* Cantando cidadania: Segurança Alimentar e Nutricional em notas musicais. **Extensão em ação**, v. 22 n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.32356/exta.v22.n2.44519>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, V. P. R. *et al.* Uma medida de sustentabilidade ambiental: pegada hídrica. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 100-105, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-43662013000100014>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. **Rev. FAE Curitiba**, v. 18, n. 2, p. 18-37, 2015. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/48>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

STROPASOLAS, V. L. *et al.* **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2002.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. A questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 44, n. 16, p. 260-284, 2018a. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.260-284>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 4, n.19, p. 789-802, 2018b. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

6 CONCLUSÃO

Admite-se que o presente estudo pode promover um avanço nas discussões sobre alimentação e sustentabilidade, na perspectiva das juventudes rurais. Ademais, valoriza-se seu escopo inovador ao ensaiar um conceito de *alimentação sustentável*, o qual vai requerer amplitude e inserção dos atores do sistema alimentar que atuam numa lógica sustentável multidimensional, dado que o público estudado pode não refletir a diversidade de opiniões e entendimentos.

Os resultados poderão ainda subsidiar a construção de ações e materiais para EAN ajustadas aos interesses e peculiaridades desse público. Além disso, entende-se o potencial da juventude rural para atuar como agente multiplicador da temática em seus territórios, engajando outros jovens.

Pesquisas futuras devem ampliar o olhar para a pauta e estabelecer um diálogo entre jovens rurais que têm práticas divergentes, ou seja, aqueles atuam na lógica da sustentabilidade multidimensional e os que praticam suas atividades alinhadas ao agronegócio.

Para o campo político adverte-se a urgência de estabelecer ações intersetoriais coordenadas que promovam mudanças estruturais nos sistemas alimentares no eixo da sustentabilidade, com destaque para: i) Políticas públicas de incentivo à permanência de jovens produtores no campo para garantia da continuidade do meio rural; ii) Políticas públicas de incentivo e valorização da Agricultura Familiar Camponesa e; iii) A construção de um conceito popular de *alimentação sustentável* que possa estabelecer princípios e diretrizes para ações e políticas públicas de alimentação, nutrição e agricultura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, 2001. p. 39-48.
- ABRANDH. LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília. 2013. 263 p.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.
- ALSAFFAR, A. A. Sustainable diets: The interaction between food industry, nutrition, health and the environment. **Food Science and Technology International**. v. 22, n. 2, p.102-111, 2015. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25680370/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. ANDRADE, C.C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008. p. 95-104.
- ASSIS, S. G. de; AVANCI, J. Q.; SERPELONI, F. O tema da adolescência na saúde coletiva - revisitando 25 anos de publicações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4831–4842, dez. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.18322020>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- AUESTAD, N.; FULGONI, V. L. III. What current literature tells us about sustainable diets: Emerging research linking dietary patterns, environmental sustainability, and economics. **Advances in Nutrition**, v. 6, n.1, p.19-36, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.3945/an.114.005694>>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BAKER, P. *et al.* Ultra-processed foods and the nutrition transition: Global, regional and national trends, food systems transformations and political economy drivers. **Obes Rev**, v. 21, n. 12, dez. 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32761763/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, p. 149-172, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714>> Acesso em: 09 nov. 2021.
- BARCELLOS, S. B.; MANSAN, P. R. A. Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate. *In*: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p.202.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 279 p.

BLACKSTONE, N. T.; CONRAD, Z. Comparing the Recommended Eating Patterns of the EAT-Lancet Commission and Dietary Guidelines for Americans: Implications for Sustainable

Nutrition. **Current Developments in Nutrition**, v. 4, n.3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cdn/nzaa015>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000300370&script=sci_arttext> Acesso em: 06 ago. 2020.

BOGHOSSIAN, C.O; MINAYO, M.C.S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde soc**, vol.18, n.3, pp.411-423, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>>. Acesso em: 20 ago. 2020

BORGES, J. L. Movimentos sociais e sustentabilidade: os desafios da “extensão rural agroecológica” em assentamentos de reforma agrária. **Rev. Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.17, n.1, p. 203-230. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/1467>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos**. Brasília, 2006b.

BRASIL, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=1412>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania Cultura Viva**. Brasília, 2004.

BRASIL, Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional Livre de Juventude e Saúde**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/234-relatorio-final-da-1-conferencia-nacional-livre-de-juventude-e-saude-ja-esta-no-ar-relatorio-final-da-1-conferencia-nacional-livre-de-juventude-e-saude-ja-esta-no-ar>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude: caderno de propostas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/1-conferencia-nacional-de-juventude-caderno-de-propostas/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude. **3ª Conferência Nacional de Juventude: resolução final**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://conferenciajuventude.mdh.gov.br/3confjuv/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília, 2012a. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/144>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2018**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012b.

BRASIL. NOVAES, C. R. *et al.* (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert. 2006b.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 17(2), 1-34. 2019. doi:10.11600/1692715x.17212. Disponível em:

<<http://search.proquest.com/openview/911b726e081f4c0316cf9173aaabff26/1?pqorigsite=gscolar&cbl=236258>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO F. F. *et al.* (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=xfwoyC1qTN8C&oi=fnd&pg=PA17&dq=Juventude+rural+em+perspectiva&ots=YmYjSuwFRs&sig=dLMTjp9Tc8c2DkLYbu7IQzy21c>> Acesso em: 20 jul. 2020.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009a. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2982044.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2020.

CASTRO, E. G. de. *et al.* Vencendo a invisibilidade. *In*: CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009b.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração

jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, v. 45, n. 1, p. 193-212, jun. 2017.

Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/JUVENTUDE-RURAL%2C-DOCAMPO%2C-DAS-%C3%81GUAS-E-DAS-a-jovemCastro/90eff8a0570c832ff33d811357267c9b2f73a01e#citing-papers>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CASTRO, F. A. T. **Juventude rural e as contribuições do projeto Transformar de capacitação de jovens rurais no sul de Minas (2006-2013)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. Brasil. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2005.

COSTAL, M., SHINTAKU, M., COSTA, L. R. Dos direitos dos jovens: um olhar para o estatuto da juventude na promoção de políticas públicas. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, Edição Especial, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1145>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CUBA. Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. **Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1324_pt.html>. Acesso em: 25 jun. 2014.

CULLIFORD, A., BRADBURY, J. Pesquisa transversal sobre a prontidão dos consumidores em adotar uma dieta ambientalmente sustentável. **Jornal de nutrição**, v.19, n.1, p. 138-151, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12937-020-00644-7>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

DANIEL, O. *et al.* Sustentabilidade em sistemas agroflorestais: indicadores socioeconômicos. **Ciência Florestal**. v.10, n.1, p. 159-175, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/402/274>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

DANTAS, V. L.; LINHARES, A. M. B. Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. *In*: BRASIL. **II Caderno de educação popular em saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

DANTAS, V.L.; LINHARES, A. M. B. Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. *In*: BRASIL. **Caderno de educação popular em saúde; volume 2**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2016/novembro/10/Miolo-Caderno-EPS2.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

DYNGELAND, C.; OLDEKOP, J. A.; EVANS, K. L. Assessing multidimensional sustainability: lessons from brazil's social protection programs. **Proceedings of the National Academy Of Sciences**, v.117, n.34, p. 20511–20519, ago. 2020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1073/pnas.1920998117>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Sustainable Diets and Biodiversity: Directions and Solutions for Policy, Research and Action**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i3004e/i3004e.pdf>>.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. **Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome, FAO, 2020.

FERNANDEZ, C. B.; RODRIGUES, D. C. B.; NUNES, M. B. de A.; TELES, M. A. P. Política pública, juventude e sustentabilidade. **Argumentum**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 201–217, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7912>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. ANDRADE, C.C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008. p. 95-104.

FIOCRUZ. BRASIL. **Agrotóxicos e Saúde**. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. v. 2. Série Fiocruz – Documentos Institucionais. 2018.

FOLLMANN, J. A. A. de; ROOS, D. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu/PR. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6653>> Acesso em: 11 ago. 2020.

FRANCO, J. B.; LOUREIRO, C. F. B. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 17, n. 1, p. 11–27, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/2422>>. Acesso em: 31 ago. 2020

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura. 1988.

FREITAS, P. B. **A busca de um novo modo de vida e trabalho: as mudanças no cotidiano dos novos-rurais**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRESÁN, U., SABATÉ, J. Vegetarian Diets: Planetary Health and Its Alignment with Human Health. **Advances in nutrition (Bethesda, Md.)**, v.10, n.4, p.380–388, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/advances/nmz019>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GALINDO, E. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. *In*: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 126.

GARCÍA-GONZÁLEZ, A. *et al.* Food Sustainability Knowledge and Attitudes in the Spanish Adult Population: A Cross-Sectional Study. **Nutrients**, vol. 12, n. 10, p. 3154-3174, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/nu12103154>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GILES, E. L. *et al.* Acceptability of financial incentives for breastfeeding: thematic analysis of readers' comments to UK *online* news reports. **BMC Pregnancy Childbirth**, v.15, n.116, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12884-015-0549-5>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GIULIANI, M. G. NEO-RURALISMO: o novo estilo dos velhos modelos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 5, n. 14, 1990. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/223-rbcs-14#5>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

HERRERO, M. *et al.* Articulating the effect of food systems innovation on the Sustainable Development Goals. **The Lancet: Planetary Health**, v.5, n.1, p.50-62, 2021. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30277-1](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30277-1)>. Acesso em: 09 nov. 2021.

HIRVONEN, K. *et al.* Affordability of the EAT-Lancet reference diet: a global analysis. **The Lancet Global Health**, v. 8, n.1, 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(19\)30447-4](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(19)30447-4)>. Acesso em: 01 jul. 2022.

HLPE. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. 2020.

HLPE. **Nutrition and food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. 2017.

HORA, G. B. Estratégias de sustentabilidade do Movimento Slow Food para fortalecer os territórios rurais. **COLÓQUIO – Rev. do Desenv. Reg. - Faccat - Taquara/RS**, v. 16, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1305/828>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

HORTA, N. de C.; SENA, R. R. de. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 475-495, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000200008>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE; 2020a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002–2003: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81847.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de**

Domicílios (PNAD) 2019. Rio de Janeiro: IBGE; 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?edicao=28203&t=publicacoes>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ISRAEL, B. A. *et al.* Introduction to methods in community-based participatory research for health, 2nd edition. In: ISRAEL, B. A. *et al.* (Eds.). **Methods in community-based participatory research for health.** San Francisco, CA: Jossey-Bass. 2013.

JAIME, P. C. *et al.* Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23 n. 6, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601829&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2021.

JARA, C. J. **A dimensão intangível do desenvolvimento sustentável.** Brasília: IICA, 2001.

JARMUL, S. *et al.* Climate change mitigation in food systems: the environmental and health impacts of shifting towards sustainable diets, a systematic review protocol. **Wellcome open res.**, v. 205, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.12688/wellcomeopenres.15618.1>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

KNUPPEL, A. EAT-Lancet score and major health outcomes: the EPIC-Oxford study. **The Lancet Journal**, v. 394, p. 213-214, 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)31236-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)31236-X)>. Acesso em: 01 jul. 2022.

KUMMER, R. **Juventude rural entre ficar e partir.** Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste), Toledo, 2013.

LASSEN, A. D; CHRISTENSEN, L. M; TROLLE, E. Development of a Danish Adapted Healthy Plant-Based Diet Based on the EAT-Lancet Reference Diet. **Nutrients**, v. 12, n. 3, p. 738-755, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/nu12030738>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LAWRENCE M. A., *et al.* Formulating policy activities to promote healthy and sustainable diets. **Public Health Nutr.** v.18, n.13, p. 2333-2340, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s1368980015002529>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

LOUREIRO, C.; CALLOU, A. B. F. Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil). **Interações** (Campo Grande). 2007, v. 8, n. 2, pp. 213-221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1518-70122007000200008>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

LOURENÇO, M.L., CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**, Unoesc, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5160837>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LOUZADA, M.L.C. *et al.* Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo: v. 49, jul. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049006132>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MACEDO, S. C. *et al.* Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e

sustentabilidade. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 39-50.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. de; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde soc**, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MAFRA, J. F. A conectividade radical como princípio e prática da educação em Paulo Freire. Tese (Doutorado em educação.) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/61/2/FPF_PTPF_17_0032.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MALAGGI, V.; MIYASHIRO, R. Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 1, p. 193-218, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REP-v19n12020-49586>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MARCHIONI, D. M.; CARVALHO, A.M.; VILLAR, B. S. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. **Revista USP**, n. 128, p. 61-76, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i128p61-76>>. Acesso em: 28 jun 2022.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p.4251-4261, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/?lang=pt>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MENDONÇA, E. S.; PIRES, F. Conceitos e práticas de sustentabilidade sócio-ambientais na área empresarial no contexto da economia do conhecimento. **CONVIBRA 05 - Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Florianópolis**, 2005. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/2005/artigos/158.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MEYBECK, A.; GITZ, V. Sustainable diets within sustainable food systems. **Proceedings of the Nutrition Society**. v. 76, n.1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0029665116000653>>.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 16, 2011. DOI: 10.5902/red.v0i16.3442. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MINAYO M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª. edição, São Paulo: Hucitec, 2008. 406 p.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12. 2017. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MONTEIRO, C.A. *et al.* The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. **Public Health Nutrition**, Cambridge University Press: v. 21, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/public-healthnutrition/article/un-decade-of-nutrition-the-nova-food-classification-and-the-trouble-with-ultraprocessing/2A9776922A28F8F757BDA32C3266AC2A>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MONTEIRO, L. C.; JACOSKI, C. A.; POLI, O. L. Tecnologias e permanência de jovens na agricultura: uma análise dos agricultores familiares do Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE). **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, p. 115-137, 2020. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1745>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MOREIRA, M. R. *et al.* Adolescência e Juventude: políticas públicas e condições de vida e saúde em perspectiva internacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2782–2782, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.20172018>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MOURA, N. F.; FERRARI, E. A. **Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira**. Rio de Janeiro: ANA; Viçosa: CTA-ZM. 2016. 64 p.

NEPOMUCENO, L. B. *et al.* Círculo de cultura como componente qualitativo de pesquisa em Educação Física: reflexões teórico-metodológicas. **Pensar a Prática**, n.1, v.22, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/55524>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

NETO, C. C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?. **H. Alimonda (Comp.), Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía** p. 203-2015, Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/ecologia/neto.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

NETO, R. S.; PINTO, L. A. S.; FELICIANO, P. O. Educação por meio da gastronomia: mapeamento dos produtores de truta-arco-íris, relato de uma experiência pelo desenvolvimento rural regional da Serra da Mantiqueira e Vale do Paraíba paulistas. **Ágora**, v.19, n. 1, p. 100-112, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/agora.v19i1.8610>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

OLIVEIRA, A. M. S. *et al.* Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI. **Rev. Nera**, n.30, p.98-147, 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2864>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. B.; FELICIANO, C. A.; LIMA, R. S. Jovens camponeses em movimento: contradições do processo de reprodução socioterritorial do campesinato nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 137-149, 2017. Disponível em: <<https://revistasnj.mdh.gov.br/index.php/snj/article/download/32/60/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

OMS. **Declaração do diretor-geral da OMS durante reunião do Comitê de Emergência sobre o novo coronavírus (Covid-2019)**. OPAS/Brasil. 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2xePyij>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PIENIAK, Z. *et al.* Sustainable healthy eating behaviour of young adults: towards a novel methodological approach. **BMC public health**, vol. 16, n. 577, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12889-016-3260-1>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

POLIDORO, A. A.; DA ROS, M. A.; AEDINET PRUNER POLIDORO, J. Metodologia problematizadora na promoção à saúde: fichas e círculo de cultura. **Revista de Educação Popular**, v. 15, n. 1, p. 79-90, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/32942>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

POPKIN, B. Ultra-processed foods“ impacts on health. 2030 – **Food, Agriculture and rural development in Latin America and the Caribbean**, n. 34, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca7349en/ca7349en.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100014>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

REIS, A. B.; SHINTAKU, M. Legislação voltada à juventude do Brasil nos últimos 30 anos. Política pública de juventude: conceito e evolução histórica. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, Edição Especial, p. 1-7, fev. 2020. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1493>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* Protegendo o planeta do sistema alimentar global. **Nat Food**, v.1, p. 3-5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s43016-019-0010-4>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

RUIZ, E. N. F.; GERHARDT, T. E. Políticas públicas no meio rural: visibilidade e participação social como perspectivas de cidadania solidária e saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 22, p. 1191-1209, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physis/2012.v22n3/1191-1209/>> Acesso em: 06 jul. 2020.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, J. *et al.* The Sustainable Development Goals and COVID-19. **Sustainable Development Report 2020**. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020_sustainable_development_report.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SALVADOR, P. T. C. O. *et al.* Online data collection strategies used in qualitative research of the health field: a scoping review. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190297>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SANDER, C. Juventude e Participação: Ligas Juvenis Alemãs e Políticas de Juventude no Brasil. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22477/rjpp.v1i1.11>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SANTOS, A. C. T. **Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre**

juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.

SANTOS, H. F. S.; GOMES J. J. O protagonismo juvenil como processo educativo e direito humano positivado no ordenamento jurídico brasileiro. **Rev. Direitos e Garantias Fundamentais** v.17, n.2, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5911046>> Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHRÖEDER, C. S.; KLERIN, L. R. On-line focus group: uma possibilidade para a pesquisa qualitativa em administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, p. 332-348, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000200010>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SIBBET, D. **Graphic facilitation**: transforming group process whit the power of visual listening. San Francisco: Grove, 2006.

SILVA, D. P. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA, A. H. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista política hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3723>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SILVA, E. J. Jovens Agricultores: Entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo. *In: V Simpósio sobre Juventude Brasileira*, v. 1, Recife/PE. 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, V. P. R. *et al.* Uma medida de sustentabilidade ambiental: pegada hídrica. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 100-105, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-43662013000100014>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA NETO, B. Agroecologia e classes sociais, uma abordagem baseada nas obras de György Lukács e Michel Clouscard. **Ambient. Soc.**, v. 22, dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0290r2vu1914ao>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SILVESTRO, M.L. *et al.* Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis e Brasília: EPAGRI e NEAD, 2001.

SOARES, H. V.; SPINELLI, A. M. Entre o individual e o coletivo: mudança e permanência na opção por um projeto de vida agroecológica da classe média. **Temáticas**, v. 29, n. 58, p. 102–137, 2021. DOI: 10.20396/tematicas.v29i58.15163. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/15163>>. Acesso em: 2 jul. 2022.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 353-360, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300002>> Acesso em: 09 jul. 2020.

SOUZA, M. A. R. *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100444&script=sci_arttext>
Acesso em: 24 jul. 2020.

SOUZA, N. P. *et al.* A (des)nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n.7, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63051952018.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SPALDING, M. *et al.* Desafios e possibilidades para o ensino superior: uma experiência brasileira em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5970/5129>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25373>> Acesso em: 05 ago. 2020.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. *Rev. FAE Curitiba*, v. 18, n. 2, p. 18-37, 2015. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/48/44>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

STROPASOLAS, V. L. *et al.* **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC.** Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2002.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT. Perfis de países. **Brasil.** Disponível em: <<https://dashboards.sdgindex.org/profiles/BRA>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SWINBURN, B. *et al.* A Sindemia Global de Obesidade, Subnutrição e Mudança Climática: Relatório da Comissão Lancet. *Lancet*, v. 10173, n. 393, p. 791-846, 2019. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

TEPPER, S.; KAUFMAN-SHRIQUI, V.; SHAHAR, D. R. Mapping Young Adults' Concerns and Attitudes toward Food-Related Sustainability Issues in Israel: Implications for Food Policy. *Nutrients*, v. 10, n.12, p. 3190, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/nu12103190>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

TROIAN, A. *et al.* Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, n. 2, p. 349-374, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.36363/rever122011%25p>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. A questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. *Desenvolvimento em Questão*, v. 44, n. 16, p. 260-284, 2018a. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.260-284>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. *Interações (Campo Grande)*, v. 4, n.19, p. 789-802, 2018b. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

UNESCO. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (coord.). **Juventude e juventudes: o que une e o que separa**. Brasília, 2006. 744p.

UNIC. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/saiba_mais/publicacoes>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VALADARES, A. A. *et al.* Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. *In*: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília : Ipea, 2016.

VALADARES, A. A. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais**. 1942 Texto para discussão. IPEA, 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.

WILLETT, W. *et al.* The Lancet Commissions. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet**. 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30660336/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ZANCHETTA, M. S. *et al.* Da detecção precoce à reabilitação na comunidade: lendo além dos testemunhos do blog sobre a qualidade de vida dos sobreviventes e a representação do câncer de próstata. **Health Qual Life Outcomes**, v. 14, n. 171, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12955-016-0568-6>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar, é importante que você leia e compreenda as informações contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título da pesquisa: Protagonismo juvenil: produção de alimentos e alimentação consciente no campo e na cidade

Pesquisadora responsável: Carolina Martins dos Santos Chagas

Função: Coordenadora-Geral do projeto

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras/Departamento de Nutrição

Contatos: (35) 3829-9735 e comerpraque@ufla.br

Local da coleta de dados: ambiente virtual, abrangência nacional

II - OBJETIVOS

Realizar oficinas de sensibilização para temáticas do universo da alimentação no propósito de fortalecer e dar visibilidade às opiniões e práticas das juventudes, bem como fomentar o reconhecimento e a atitude protagonista desse público na organização dos processos de produção e alimentação consciente no campo e na cidade.

Para participar você precisa: ser jovem entre 18 e 29 anos; produzir alimentos e/ou se organizar para o consumo alimentar consciente no ambiente rural ou urbano; ter acesso à internet; aparelho com câmera funcionando; disponibilidade de tempo para participar das atividades; e participar de algum coletivo ou instituição (preferencialmente). Caso o número de jovens que atendam esse perfil exceda o quantitativo suportado, será realizado um sorteio.

III – JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa faz parte do Movimento Comer Pra Quê (CPQ), uma iniciativa voltada às juventudes que tem como objetivo incentivar a consciência crítica sobre a alimentação. Os jovens são importantes para o futuro da alimentação adequada e sustentável, no entanto são negligenciados pelas políticas públicas e outras ações. Nesse sentido, é importante dialogar com aqueles envolvidos nos processos de produção de alimentos e organização para uma alimentação consciente no campo e na cidade, para avançar nas discussões sobre alimentação a partir de suas perspectivas.

IV - PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Caso aceite participar, iremos agendar uma entrevista individual e convidar para estar em um grupo de *whatsapp* com os outros(as) jovens. Posteriormente acontecerão oficinas *online* sobre temáticas do universo da alimentação. Os encontros irão priorizar o protagonismo dos jovens, por meio do diálogo, da problematização e da construção coletiva de conhecimentos e propostas de ação.

As atividades serão gravadas, mas sua imagem e fala só serão utilizadas com autorização prévia, de acordo com a Resolução CNS n. 510/2016. As informações resultantes das oficinas poderão ser utilizadas em publicações e eventos técnico-científicos e nas redes sociais do movimento CPQ.

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa é considerada baixa, pois pode oferecer riscos aos participantes relacionados a constrangimentos (ao interagir e dialogar com estranhos; ao serem solicitadas informações e opiniões via internet; cansaço ao dialogar e produzir materiais; invasão de privacidade e quebra de anonimato).

Para evitar intercorrências e minimizar esses riscos, a equipe será devidamente treinada para o trabalho de campo e trabalhará de forma ética; a entrevista individual e os encontros serão realizados em ambiente *online* seguro; será garantida a liberdade para não responder questões; os participantes poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo; todos os dados serão arquivados pelo período de até 5 (cinco) anos, sob proteção da coordenadora do projeto em arquivo offline.

Caso seja comprovado dano direto ou indireto decorrente da participação na pesquisa, os pesquisadores irão arcar com todas as possíveis consequências com a garantia de apoio psicológico, se necessário.

VI – BENEFÍCIOS

Os encontros poderão fortalecer e dar visibilidade às opiniões e práticas dos jovens, e promover o reconhecimento da atitude protagonista das juventudes nos processos de produção e alimentação consciente no campo e na cidade.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Sua participação é voluntária, livre de custos ou vantagem financeira de qualquer natureza. Caso queira desistir de participar do estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento, sem nenhuma penalidade ou perder quaisquer benefícios, ficando garantida a sua liberdade de retirada do consentimento.

ATENÇÃO! Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: (35) 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se disponível *online*, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra poderá ser baixada por você. *No*

caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Nutrição. Telefone de contato: (35) 3829-9735.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização da pesquisa. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Lavras, ____ de _____ de 20__.

Nome do participante (LEGÍVEL)

Assinatura do participante

Carolina Martins dos Santos Chagas – Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – FORMULÁRIO ONLINE DE PRÉ CADASTRO PARA PESQUISA

Oi, que tal contar mais sobre você? :)

O Movimento @comer.pra.que tá afim de te conhecer! Topa vir com a gente?

Buscamos jovens de 18 a 29 anos de todo Brasil, que vivam no campo ou na cidade, e que estejam envolvidos com a produção de alimentos (sim, qualquer alimento!) ou a alimentação consciente (modalidades de compra direta do/da produtor/a, CSAs, práticas colaborativas de comercialização, grupos de compra, cozinhas comunitárias...).

Se identificou? Temos uma ótima notícia: preenchendo esse formulário, entraremos em contato em breve para te convidar para uma programação incrível (online, claro né?!).

Vai ter espaço para troca de experiências e opiniões sobre a produção e a alimentação consciente no Brasil.

Bora lá?

1. Qual o seu nome e sobrenome?

2. Qual a sua faixa etária?
 - a. Entre 18 e 20 anos
 - b. Entre 21 e 25 anos
 - c. Entre 26 e 29 anos

3. Qual o seu gênero?
 - a. Feminino
 - b. Masculino
 - c. Outro

4. Qual endereço de e-mail você mais usa?

5. Qual o seu telefone com DDD (whatsapp)? Caso seja selecionada(o), vamos manter contato com você por esse número.

6. Você tem interesse em participar de encontros virtuais com a gente e outros jovens para falar sobre a produção de alimentos e a alimentação consciente no Brasil?
 - a. Sim

- b. Não
 - c. Possivelmente
7. Você atua com a produção de alimentos ou está envolvida(o) com alimentação consciente?
- a. Produção de alimentos
 - b. Alimentação consciente
 - c. Produção de alimentos e alimentação consciente
8. Qual município você mora?
-
9. Você mora na:
- a. Zona urbana
 - b. Zona rural
10. Qual o seu Instagram? Deixe aqui o seu @ para caso a gente não consiga te encontrar no whatsapp :)
-
11. Seu acesso a internet se dá por.... (selecione todos os meios)
- a. Celular (Smartphone)
 - b. Notebook e/ou computador
 - c. Tablet
 - d. Outro
12. De 1 a 5, como é seu acesso a rede de telefonia móvel? (Onde 1 significa não tenho acesso e 5 tenho acesso todos os dias)
- 1 2 3 4 5
13. De 1 a 5, como é o seu acesso à internet? (Onde 1 é muito instável e 5 é totalmente estável)
- 1 2 3 4 5

**APÊNDICE C – FORMULÁRIO *ONLINE* PARA COLETA DE DADOS
SOCIOECONÔMICOS E INFORMAÇÕES SOBRE DISPONIBILIDADE E
INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Protagonismo juvenil: produção de alimentos e alimentação consciente
no campo e na cidade

Esse formulário online leva cerca de 05 minutos para ser respondido e é a primeira etapa da pesquisa denominada "Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional" que foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa (Parecer nº 4.383.776 - CEP/UFLA). As informações preenchidas serão utilizadas somente para fins de pesquisa e ficarão sob a guarda e sigilo das pesquisadoras responsáveis, protegendo sua identidade.

Posteriormente entraremos em contato com você para explicar sobre a segunda etapa da pesquisa, nossa proposta de encontros online (entrevista e oficinas).

A realização desse formulário é de responsabilidade das alunas Caroline Furtado Billo (Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/ UNIRIO), Paula Bernardes Machado (Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde/UFLA) e Tayane Fernandes Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/ UNIRIO), sob coordenação da Prof^a Dr^a Carolina Martins dos Santos Chagas.

Por favor, antes de aceitar participar dessa pesquisa leia e faça o download de uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no link a seguir: <https://bit.ly/3GCKEQc>. Clique em "Aceito" caso deseje participar, ou "Não, obrigado(a)" para não participar.

Qualquer dúvida, crítica e sugestão poderão ser enviadas para: comerpraque@ufla.br ou incluídas no final desse formulário.

Desde já agradecemos sua participação!

Seção 1 de 3

1. E-mail*

2. Você aceita participar da pesquisa?*

- a. Aceito
b. Não, obrigado(a)

Seção 2 de 3

3. Qual o seu nome e sobrenome?*

4. Qual a sua faixa etária?

- a. Entre 18 e 20 anos
b. Entre 21 e 25 anos

- c. Entre 26 e 29 anos
5. Qual o seu gênero?
 - a. Feminino
 - b. Masculino
 - c. Outro
 - d. Prefiro não informar
 6. Com qual cor/raça você se identifica?
 - a. Branca
 - b. Preta
 - c. Amarela
 - d. Parda
 - e. Indígena
 7. Qual seu estado civil?
 - a. 1. Casado(a)
 - b. 2. Solteiro(a)
 - c. 3. Divorciado(a)
 - d. 4. Viúvo(a)
 8. Qual seu nível de escolaridade atual?
 - a. Não estudo/estudei
 - b. Ensino fundamental completo (1ª a 8ª série)
 - c. Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental
 - d. Ensino médio (1º ao 3º ano)
 - e. Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio
 - f. Ensino superior
 - g. Pós graduação
 - h. Mestrado
 - i. Doutorado
 9. Em relação a trabalho remunerado e estudo, como se dá sua ocupação atual?
 - a. Só estudo
 - b. Só trabalho
 - c. Estudo e trabalho
 - d. Trabalho ocasionalmente (bicos, freelancer)
 - e. Não estudo e nem trabalho
 10. Caso trabalhe, qual a sua faixa de rendimento mensal?
 - a. Até o valor de R\$ 1.100,00
 - b. De R\$ 1.100,01 até o valor de R\$ 3.300,00
 - c. De R\$ 3.300,01 até o valor de R\$ 5.500,01
 - d. De R\$ 5.500,02 até o valor de R\$ 7.700,02
 - e. Superior ao valor de R\$7.700,03
 11. A renda é suficiente para se manter?
 - a. Sim
 - b. Não, conto com ajuda
 12. Quanto à participação na renda familiar, você...
 - a. Exerce atividade de trabalho remunerado registrado e se mantém sozinho.
 - b. Exerce atividade de trabalho remunerado registrado e além de se manter sozinho, contribui para a renda familiar.
 - c. Exerce atividade de trabalho remunerado sem registro e se mantém sozinho.
 - d. Não exerce atividade de trabalho remunerado e é dependente da família.
 13. Quantos moradores vivem no seu domicílio (incluindo você)?
 - a. Um

- b. Dois
 - c. Três
 - d. Quatro
 - e. Cinco ou mais
14. Qual tipo de atividade relacionada a produção e/ou ao consumo consciente de alimentos você costuma desempenhar?
-
15. Você participa de algum coletivo ou instituição relacionados a produção e/ou ao consumo consciente de alimentos? Se sim, qual?
-
16. Por favor, confirme o seu número de telefone cadastrado no Whatsapp. Não esqueça de colocar o seu DDD.
-
17. Considerando que as atividades aconteçam nos meses de novembro ou dezembro, qual a sua disponibilidade para participar em relação aos dias de semana?
- a. Segundas-feiras
 - b. Sextas-feiras
 - c. Sábados
18. Considerando que as atividades aconteçam nos meses de novembro ou dezembro (e que você pode estar presente nos dias que indicou na pergunta acima), qual a sua disponibilidade de turno?
- a. Manhã
 - b. Tarde
 - c. Noite
19. Quanto tempo você poderia dedicar aos encontros online?
- a. Até 1 hora
 - b. Entre 1 hora e 2 horas
 - c. 2 horas ou mais
20. A qualidade da sua internet permite que você participe de um encontro online de pelo menos 1 hora de duração?
- a. Acredito que terei possibilidade de participar com internet estável durante todo encontro
 - b. Acredito que terei instabilidade de conexão em alguns momentos do encontro
 - c. Acredito que não terei possibilidade de participar, pois meu acesso à internet é muito instável
 - d. Não sei, pois nunca participei de nenhum outro encontro online com essa duração
21. Qual o seu nível de facilidade de uso da plataforma Zoom?
- a. Nenhuma facilidade
 - b. Muita pouca facilidade
 - c. Alguma facilidade
 - d. Tenho facilidade
 - e. Muita facilidade
22. Qual o seu nível de facilidade de uso da plataforma Google Meet?
- a. Nenhuma facilidade
 - b. Muita pouca facilidade
 - c. Alguma facilidade

- d. Tenho facilidade
 - e. Muita facilidade
23. Das ferramentas interativas virtuais abaixo, quais você considera já ter alguma facilidade ou experiências anteriores?
- a. Jamboard
 - b. Mentimeter
 - c. Padlet
 - d. Não tenho experiência com nenhuma ferramenta interativa virtual
24. O que é uma alimentação adequada e sustentável para você?
-

25. Você tem alguma dúvida e/ou sugestão para os encontros? Fique à vontade para se expressar!

Seção 2 de 3

Certificado de participação

Caso tenha interesse em receber a certificação oficial de participação nas oficinas, preencha os próximos itens com os seus dados pessoais.

O certificado será emitido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e, para isso, todos os inscritos serão cadastrados no Sistema Integrado de Gestão (SIG) da universidade. Quando isso acontecer, você receberá um e-mail informando sobre esse cadastro.

Não se preocupe! O SIG é o sistema oficial da instituição, seguro e não compartilha suas informações.

Observação: as horas contabilizadas no certificado serão equivalentes a sua presença nas oficinas.

26. Qual o seu CPF? (Apenas números)

27. Em qual município e estado você mora?

28. Qual o seu endereço completo? (Rua, número e bairro)

29. Qual o seu CEP (Código Postal)?

30. Qual a sua data de nascimento?

Agradecemos sua participação!

* Perguntas com resposta obrigatória.

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL

Via: Vídeo chamada

Duração: aproximadamente 30 minutos

1. Conta um pouco sobre sua experiência com a produção/comercialização de alimentos.
 - a. Como é sua forma de produção/comercialização de alimentos?
 - b. Há quanto tempo você trabalha com produção e/ou comercialização de alimentos? Sozinho(a) ou com outras pessoas?
 - c. O que te motivou?
 - d. É sua principal fonte de renda?
 - e. Na sua experiência, quais as principais dificuldades e facilidades para a produção/comercialização de alimentos?
2. Em sua opinião, quais seriam as formas de produção/comercialização de alimentos ideais?
3. Você considera que a sua forma de produção/comercialização de alimentos é sustentável? Por quais motivos?
4. Você consome os alimentos que produz? (Se não, por quê?)

Agora pensando de forma mais ampla...

5. O que a alimentação representa pra você?
6. O que você entende por alimentação adequada e sustentável?
7. Em sua opinião, você tem uma alimentação adequada e sustentável? Por quê?

Agora pensando nos jovens do campo...

8. O que podem fazer para ter uma alimentação adequada e sustentável na prática, no dia a dia?
9. Você acredita que os jovens do campo têm um papel em relação à alimentação?
10. Como os jovens do campo podem se organizar e protagonizar a produção e comercialização de alimentos de forma sustentável?
11. O Comer Pra Quê tem a intenção de dialogar sobre a alimentação com as juventudes. Como tornar esse tema mais interessante para outros jovens do campo?
 - a. Linguagem
 - b. Ferramentas/Meios
 - c. Temas
 - d. Formatos
 - e. Propostas
 - f. Como se aproximar
 - g. Sensibilizar

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional

Pesquisador: Carolina Martins dos Santos Chagas

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36202620.1.1001.5148

Instituição Proponente: Universidade Federal de Lavras

Patrocinador Principal: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.383.776

Apresentação do Projeto:

A Educação Alimentar e Nutricional é prioridade na agenda das políticas públicas e suas ações, na maioria das vezes, são desenvolvidas com grupos populacionais inseridos em instituições. Entretanto, a população jovem (15 a 29 anos) carece de ações específicas que considerem as diversidades e singularidades desta fase do curso da vida. Sendo assim, objetivo do projeto é fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional voltada às juventudes, por meio do fomento à cooperação institucional, da consolidação de redes de mobilização com jovens e entidades governamentais e da sociedade civil, bem como, da produção de conteúdos educativos e técnicos. Propõe-se fomentar o debate sobre as questões relacionadas à alimentação em instituições, entidades e organizações governamentais e da sociedade civil que atuam com as juventudes, assim como, mobilizar aquelas que atuam na área da alimentação e da Segurança Alimentar e Nutricional nos diversos setores (assistência social, saúde, educação, agricultura, cultura) a incluírem a juventude como público de interesse de suas ações.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional voltada às juventudes, por meio do fomento à

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-900

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.intec@ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 4.383.778

cooperação institucional, da consolidação de redes de mobilização com jovens e entidades governamentais e da sociedade civil, bem como da produção de conteúdos educativos e técnicos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nesta pesquisa pode envolver os seguintes riscos: Constrangimento ao dialogar e construir materiais; constrangimento ao interagir com estranhos; constrangimento ao compartilhar informações e materiais via internet; cansaço ao dialogar e produzir materiais; invasão de privacidade e quebra de anonimato. Para evitar essas intercorrências e minimizar os riscos, a equipe será devidamente treinada para o trabalho de campo; a equipe trabalhará de forma ética;

será garantido local com ambiente agradável, ergonômico, confortável, bem ventilado e de fácil acesso para realização das oficinas; garantida a liberdade para não responder questões; os participantes poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo; garantia de apoio psicológico, se necessário.

Benefícios:

As ações e os materiais de educação desenvolvidos serão potencialmente promotores de práticas alimentares adequadas e saudáveis. A mobilização de redes para visibilidade do público jovem, proposta pelo projeto, promove o acesso da juventude às ações de assistência social e Segurança Alimentar e Nutricional. E ainda, as ações de educação desenvolvidas junto aos estudantes de nutrição impulsionam uma formação mais crítica e autônoma, com vistas ao Direito Humano à Alimentação e à Educação Alimentar e Nutricional como estratégia promotora de saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa terá participantes das cidades: de Lavras, Rio de Janeiro e Macaé o que justificando a apresentação do Termo de Anuência do NUTES/UFRJ, UNIRIO e UFRJ/Campus Macaé.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se da análise de resposta ao parecer pendente nº 4.253.621 emitido pelo CEP em 02/09/2020:

A proponente enviou a carta resposta, solucionando todas as pendências:

Pendência 1: Onde será desenvolvida essa pesquisa? Qual o papel da UFLA e da UFRJ?

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRPICOEP

CEP: 37.200-900

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 4.383.776

Apresentar os documentos de anuência de participação.

Resposta à pendência 1:

- Quanto ao primeiro questionamento foi acrescido detalhamento na página 5 (texto em vermelho), indicando que as cidades de Lavras, Rio de Janeiro e Macaé estão inclusas na pesquisa;
- O papel de cada universidade parceira está descrito na página 9 (texto em vermelho), no item Cooperação institucional;
- Documentos de anuência das universidades parceiras foram incluídos na Plataforma Brasil e os mesmos constam na lista de Centros Participantes e Coparticipantes, cujos pesquisadores responsáveis são: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde); Thaís Salema Nogueira de Souza (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO); Giane Moliari Amaral Serra (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) e Amábela de Avelar Cordeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus Macaé. Para todos os pesquisadores listados Declaração de Anuência foi inclusa na Plataforma Brasil no ato da primeira submissão.

Pendência 2: A pesquisadora deve deixar claro como será feito o recrutamento dos participantes e de onde serão esses participantes. Foi apresentada uma autorização do responsável pelo Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todos os participantes serão de lá? Se forem recrutado em outras instituições, precisa anexar o termo de anuência das mesmas. O TCLE e o Termo de Assentimento usam o modelo do COEP, mas o entendimento é de que a pesquisa vai ser realizada na UFRJ.

Resposta à pendência 2:

- No item 2, do Comentários éticos do projeto, foi incluído detalhamento sobre o recrutamento dos jovens;
- Autorização dos outros pesquisadores também consta na Plataforma Brasil;
- Os participantes serão das cidades de Lavras, Rio de Janeiro e Macaé o que justifica a apresentação do Termo de Anuência do NUTES/UFRJ, UNIRIO e UFRJ/Campus Macaé;

Pendência 3: Esclarecer os critérios de inclusão e exclusão. Como saber que o participante possui alterações cognitivas e ou intelectuais? Como isso será feito sem causar constrangimento ao participante? Como o risco de constrangimento será minimizado?

Resposta à pendência 3:

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRPICOEP

CEP: 37.200-900

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS**



Continuação do Parecer: 4.383.776

- Nova redação foi assumida para os Critérios de Exclusão, conforme indicado na página 7 (texto em vermelho);
- A minimização dos riscos de constrangimento foram apresentados no item 7, do Comentários éticos do projeto;

Pendência 4: Esclarecer a metodologia para que possa ser feita uma análise adequada dos riscos aos que os participantes estarão sujeitos. Detalhar as oficinas, apresentar os questionários e os roteiros de entrevistas que serão aplicados para que seja feita a análise do projeto.

Resposta à pendência 4:

- Foi acrescido detalhamento sobre a metodologia do projeto nas páginas 5 e 6 (texto em vermelho);
- O questionário sociodemográfico do projeto segue apresentado nas páginas 13 a 15.
- O Roteiro semi-estruturado das oficinas segue apresentado na página 16 do projeto (texto em vermelho);

Pendência 5: Rever os critérios para encerramento da pesquisa

Resposta à pendência 5:

- No item 11, do Comentários éticos do projeto, foi incluída informação sobre o encerramento da pesquisa. Considerando que todas as pendências foram esclarecidas, o presente projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao Final do experimento o pesquisador deverá enviar relatório final, indicando ocorrências e efeitos adversos quando houver.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1606432.pdf	24/09/2020 20:22:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_versao2.docx	24/09/2020 20:19:52	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Outros	Comentarios_Eticos_versao2.pdf	24/09/2020 20:19:05	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRPICOEP

CEP: 37.200-900

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 4.383.776

Outros	Carta_Resposta.pdf	24/09/2020 20:15:58	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	04/08/2020 19:41:05	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/08/2020 19:39:19	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Outros	Comentarios_Eticos.pdf	04/08/2020 18:32:12	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Assentimento.pdf	04/08/2020 18:30:52	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_ThaisSalema.pdf	04/08/2020 18:23:56	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_GianeMoliani.pdf	04/08/2020 18:23:45	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_AmabelaAvelar.pdf	04/08/2020 18:22:56	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_AlexandreBrasil.pdf	04/08/2020 18:22:43	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	04/08/2020 18:20:51	Carolina Martins dos Santos Chagas	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAVRAS, 06 de Novembro de 2020

Assinado por:
Giancarla Aparecida Botelho Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRPICOEP

CEP: 37.200-900

UF: MG Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep.nintec@ufla.br